



COMISSÃO DE
COORDENAÇÃO
DA REGIÃO DO
ALGARVE

**A SITUAÇÃO ACTUAL DA ARQUEOLOGIA
E DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
NO ALGARVE**

Setembro 2001

A SITUAÇÃO ACTUAL DA ARQUEOLOGIA E DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO NO ALGARVE

Equipa Técnica

Nuno Ferreira Bicho

Leonor Rocha

João Pedro Bernardes

Luís Oliveira

Carlos Luís

Cidália Ferreira Bicho



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

A SITUAÇÃO ACTUAL DA ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO

ARQUEOLÓGICO DO ALGARVE 5

I. INTRODUÇÃO.....5

II. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA, CARTA ARQUEOLÓGICA E TRABALHOS DE CAMPO7

III. VALORIZAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS..... 15

IV. ENSINO E INFRAESTRUTURAS DA ARQUEOLOGIA NO ALGARVE 17

V. IDENTIFICAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE MAIOR INTERESSE

PATRIMONIAL21

1. A Situação da pré-História22

2. O Caso da Proto-História24

3. A Época Romana27

4. A Questão da Época Medieval28

VI. LINHAS ORIENTADORAS33

ANEXOS..... 37

PROPOSTAS DA EQUIPA TÉCNICA..... 39

I. Centro Regional de Arqueologia do Algarve39

II. Projectos científicos e de valorização em sítios arqueológicos
do Algarve.....45

ANEXO 1- Infraestruturas ao serviço da Arqueologia no Algarve..... 51

ANEXO 2- Listagem dos técnicos de arqueologia, conservação e restauro, e
museologia arqueológica..... 55

ANEXO 3- Listagem de escavações e sondagens por concelho..... 59

ANEXO 4- Listagem de trabalhos de emergência	65
ANEXO 5- Identificação dos trabalhos de carta arqueológica.....	71
ANEXO 6- Identificação dos projectos de investigação	75
ANEXO 7- Distribuição de sítios arqueológicos por concelho.....	79
ANEXO 8- Distribuição dos sítios arqueológicos por época histórica e concelho	83
ANEXO 9- Sítios arqueológicos considerados prioritários pelas Câmaras Municipais	99
ANEXO 10-Sítios arqueológicos considerados prioritários pelos signatários do relatório.....	103

APRESENTAÇÃO

A valorização territorial da região do Algarve, um dos aspectos cruciais da estratégia de Desenvolvimento Regional, obriga a que se tenha uma visão clara e ampla dos recursos regionais.

A agricultura, a pesca e alguma conservação e transformação destes produtos, aliado ao comércio, constituíam o traço distintivo da estrutura económica regional. Esta estrutura obrigava, naturalmente, a um padrão de ocupação do território, com reflexos diferenciados na faixa do Litoral e na Serra. Padrão esse, contudo, que não terá sofrido grandes alterações na sua configuração básica, pelo menos desde o período de ocupação árabe, já que as principais povoações, fortalezas, eixos viários e rede portuária revelam um desenvolvimento cujas raízes são muito anteriores à incorporação do Reino do Algarve no Reino de Portugal.

Esse padrão de ocupação conservou-se ao longo dos séculos. Os núcleos urbanos, os montes, os sítios, as vias de comunicação e os portos garantiram a principal armadura da estruturação do território algarvio, a qual perdurou até aos nossos dias.

A expansão, nos últimos anos, de alguns sectores de actividade económica ligados ao turismo, ao lazer e aos serviços, levaram a que o dinamismo da região se concentrasse nesses domínios, ignorando ou mesmo desprezando outros aspectos relacionados com os recursos territoriais e, porventura, mais consentâneos com a realidade local.

Entendeu-se, ao longo do último decénio, que o desenvolvimento da região deveria passar pela exploração/valorização dos seus principais recursos, englobando nesta categoria o território, a história, o ambiente, o património, a estrutura urbana, as produções locais, a gastronomia, os saberes artesanais e industriais, etc. Pretendia-se, deste modo, valorizar as características específicas da região e, simultaneamente, integrar na dinâmica regional o desenvolvimento daqueles sectores que têm desempenhado, nos últimos anos, um papel activo na economia regional.

O domínio da História e da Arqueologia revela-se, neste quadro, de extrema importância. Acusando um importante desenvolvimento no final do séc. XIX e princípios do séc. XX, os trabalhos destas disciplinas reaparecem com novo vigor nos anos 90. A respectiva iniciativa, e também a responsabilidade, deverá ser atribuída às diversas entidades da administração central e local, às Universidades e a projectos dinamizados por privados e particulares, encontrando-se hoje estas actividades dispersas por toda a região.

A Comissão de Coordenação da Região do Algarve entendeu que este domínio de valorização dos recursos regionais e de acumulação de conhecimento era fundamental. Corresponde, em suma, no Algarve, a recuperar os traços principais que explicam a organização da comunidade algarvia, a reintroduzir os saberes tradicionais que marcaram no passado a intervenção no meio e a encontrar as explicações que permitem justificar a evolução desta região ao longo dos séculos.

É, na realidade, o perfil cultural e patrimonial do Algarve que, dessa forma, é explicitado.

No sentido de assegurar coerência e eficácia aos diversos apoios destinados a garantir essa valorização, nos domínios da arqueologia, a Comissão de Coordenação, após consulta ao Instituto Português de Arqueologia, solicitou a uma equipa, coordenada pelo Professor Doutor Nuno Bicho, da Universidade do Algarve, a elaboração de um relatório que reflectisse o “Estado da Arte” da Arqueologia e do Património Arqueológico do Algarve. Desenvolvendo contactos diversos, o prof. Bicho e a sua equipa organizaram o presente volume no qual, para além de apresentarem uma caracterização sobre a situação actual da disciplina e dos trabalhos a ela associados, incluem em anexo algumas informações adicionais que permitem ter uma percepção mais clara dos recursos e das iniciativas em presença.

A divulgação deste volume corresponde igualmente a uma intenção de debater com a comunidade científica o quadro ora apresentado e, com ela, definir os principais eixos de intervenção que possam mobilizar não só as diversas equipas e competências disponíveis como os recursos financeiros susceptíveis de serem associados a estas actividades.

A equipa coordenada pelo prof. Nuno Bicho apresenta, ainda, uma proposta na qual identifica alguns dos temas que deveriam ser considerados prioritários e avança com um modelo de enquadramento institucional. São propostas que contribuirão seguramente para animar o debate. No domínio organizativo e do relacionamento institucional, a Comissão de Coordenação inclina-se naturalmente por outras soluções, apontando para um quadro onde seja garantida a autonomia comprometida das equipas técnicas, a dinamização de redes de interacção, abrangendo os espaços regional e interregional, e a articulação dos recursos e dos objectivos de trabalho, eventualmente em torno de uma estrutura ligeira que vá adquirindo funções de dinamização, de promoção da cooperação e de afirmação de um eixo decisivo no quadro da valorização territorial do Algarve. Aspectos que estão ainda em aberto e que a prática de execução dos projectos obrigará a encontrar e a construir a solução mais adequada.

Num quadro de parceria com o Instituto Português de Arqueologia, esta Comissão de Coordenação pretende, no curto prazo, identificar as prioridades consideradas regionalmente pertinentes de forma a dar corpo a projectos de intervenção que valorizem a região e que contribuam para um melhor conhecimento da sua história.

Este é o desafio que se coloca a toda a comunidade que, com entusiasmo, com conhecimento, mas também com exigência, intervém nestes domínios da Arqueologia e do Património Arqueológico, num quadro de valorização dos recursos regionais.

Faro, 20 de Setembro de 2001

João Guerreiro
Presidente da CCR Algarve

**A SITUAÇÃO ACTUAL DA
ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO
ARQUEOLÓGICO NO ALGARVE**

A - A SITUAÇÃO ACTUAL DA ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DO ALGARVE

I. INTRODUÇÃO

Quando em Janeiro passado a Comissão Coordenadora da Região do Algarve (CCR) solicitou à Universidade do Algarve a execução de um relatório sobre a situação actual da Arqueologia nessa região, foi com todo o interesse que a equipa agora signatária deste relatório começou o trabalho. Foi claro, desde o início, que esta tarefa só se poderia levar a bom porto, principalmente no prazo tão curto de tempo solicitado pela CCR, através da cooperação das várias instituições que têm sob a sua jurisdição o património arqueológico. Deste modo, foram contactadas todas as câmaras municipais do distrito de Faro, solicitando a resposta a um inquérito simples sobre os aspectos principais do estado da arqueologia em cada concelho, bem como toda a demais informação que fosse julgada pertinente. Simultaneamente, o mesmo tipo de informação, ainda que solicitado em diferente forma, foi pedido à própria CCR, e às divisões regionais do Instituto Português de Arqueologia (IPA) e do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR). Todas elas responderam, com excepção das Câmaras Municipais de Olhão e Portimão.

Esta informação incidia sobre vários aspectos que permitiriam o conhecimento dos dados, bem como a respectiva perspectiva dessas instituições sobre vários problemas nomeadamente sobre os sítios considerados importantes para protecção e valorização pelas autarquias. Assim, foram solicitados os seguintes elementos sobre os últimos 5 anos de actividade arqueológica: identificação dos trabalhos de escavação e sondagem bem como dos trabalhos de emergência ocorridos; identificação dos trabalhos de carta arqueológica; identificação das respectivas equipas de trabalho; identificação de todos os projectos de investigação e respectivas equipas científicas referentes à região; identificação das instituições algarvias com infraestruturas próprias para o trabalho arqueológico e de exposição pública como, por exemplo, laboratórios de restauro e conservação de materiais arqueológicos ou museus; e identificação e listagem dos sítios considerados mais

importantes, bem como a sua situação actual do ponto de vista de protecção, conservação e estudo.

Durante cerca de dois meses, a equipa coligiu a informação enviada pelas várias instituições, contactou vários arqueólogos que trabalham na área, bem com algumas das instituições com responsabilidades no património arqueológico, de forma a poder ter em seu poder o maior número de dados que permitissem escrever este relatório de forma criteriosa, dando a conhecer a situação real da Arqueologia no Algarve.

Era impressão dos membros da equipa que a situação não era “negra”, mas que existiam problemas claros no Algarve em relação ao seu património arqueológico. Não seriam estes problemas erros crassos, mas mais lacunas no investimento, falta de coordenação dos esforços e, sem dúvida nenhuma, falta de orientação estratégica ao nível regional na definição de objectivos principais e secundários no investimento de recursos financeiros em projectos científicos, protecção e valorização de sítios arqueológicos, criação de roteiros arqueológicos e de centros interpretativos de sítios arqueológicos. Como é evidente, a questão da minimização de impactos patrimoniais devido a empreendimentos públicos e privados no Algarve é, sem margem para dúvidas, um dos problemas que não está ainda devidamente enquadrado na política regional.

Esperamos, pois, que este relatório sirva para ilustrar os problemas e as lacunas existentes, de forma a que se possa construir um plano de acção no campo da arqueologia do Algarve, que também deve assentar as suas fundações necessariamente na construção de uma base de dados sobre os sítios arqueológicos do Algarve e respectiva bibliografia.

II. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA, CARTA ARQUEOLÓGICA E TRABALHOS DE CAMPO

Em comparação com o resto do país a investigação científica arqueológica no Algarve teve o seu início logo desde muito cedo. Os primeiros trabalhos tiveram lugar no final do século XIX, com Estácio da Veiga, e continuaram no século seguinte com a actividade do Abade Henri Breuil que foi um dos arqueólogos que mais contribuiu para o desenvolvimento desta ciência em Portugal na primeira metade do século XX. Na senda de Breuil seguiram-se os trabalhos de Abel Viana, Mário Lyster Franco e da escola dos Serviços Geológicos de Portugal com Georges Zbyszewski, José Formosinho e Octávio da Veiga Ferreira. A partir da década de setenta vemos um novo grupo de investigadores a trabalhar no Algarve, dos quais se devem distinguir Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, Teresa Gamito e José Morais Arnaud, Vítor Gonçalves e Mário Varela Gomes.

A década de noventa viu algumas alterações importantes neste quadro, com o desenvolvimento de novos projectos científicos, não só dos investigadores acima listados, mas também com o aparecimento de novos arqueólogos com interesses díspares e, por isso mesmo, preenchendo algumas lacunas existentes até esse momento.

De facto, a investigação científica levada a cabo na região do Algarve nos últimos anos tornou-se muito mais estruturada e organizada, em grande parte devido à nova regulamentação de trabalhos arqueológicos imposta pelo IPA.

Podemos pois afirmar que com esta estruturação da investigação científica arqueológica do Algarve, os trabalhos realizados nos últimos 5 anos, num total de 11 projectos, podem-se dividir em actividades de prospecção e de escavação. Destes projectos, quatro são essencialmente dirigidos a trabalhos de prospecção, ainda que focando problemáticas específicas (Susana Estrela e Pedro Barros têm como objectivo a Carta Arqueológica do Concelho de S.Brás de Alportel; Elena Mórán dedica-se ao estudo geoarqueológico do sistema fluvial do Rio Arade e à zona de Alcalar, os trabalhos da equipa de Nuno Bicho focam a ocupação humana Paleolítica e Mesolítica do Algarve, enquanto que Cristina Garcia se dedica à carta do património na zona de Cacela). Os outros trabalhos, ainda que tendo como um dos

seus objectivos a prospecção, centraram-se nos trabalhos de escavação, sendo estes os casos de Isabel Inácio e de Helena Catarino, dedicando-se principalmente aos momentos romano e islâmico, com incidência em áreas específicas do Algarve.

Os outros projectos científicos, coordenados por Rosa Varela Gomes, Maria Maia, Teresa Gamito e Felix Teichner, dedicam-se exclusivamente à escavação de sítios arqueológicos, principalmente de cronologia Clássica e Medieval.

Os financiamentos destes projectos dividem-se principalmente entre os Ministérios da Ciência e da Tecnologia e da Cultura, respectivamente pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (ex-JNICT) e pelo Instituto Português de Arqueologia e Instituto Português do Património Arquitectónico. Também outras instituições têm colaborado nesses financiamentos como, por exemplo, a Associação Arqueológica do Algarve ou algumas das respectivas Câmaras Municipais onde decorrem os projectos, nomeadamente a de Silves e a de S. Brás de Alportel.

No caso da FCT, os financiamentos foram levados a cabo com os programas PRAXIS XXI e INTEREG II, com um financiamento total da ordem dos 30,000 contos de 1996 a 2000 para os projectos de Nuno Bicho e Teresa Gamito, respectivamente.

O Ministério da Cultura, através do IPA com o seu Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos financiou os vários projectos orientados por Helena Catarino e Rosa Varela Gomes absorvendo pouco mais de 8,500 contos no mesmo período de tempo. O IPPAR só no seu projecto de valorização de Milreu, onde está incluído o projecto científico de Felix Teichner, irá ter um investimento que se estima superior a 100.000 contos.

Para além de alguns dos projectos acima mencionados que continuarão, o Algarve foi objecto de três novas propostas enviadas à FCT, duas da Área Departamental de História e Arqueologia da Faculdade Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve e uma pelo departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Em suma, podemos afirmar que os últimos anos da investigação arqueológica na região do Algarve desenvolveram actividades quer de prospecção, quer de escavação. Do ponto de vista cronológico, o maior impacto destes trabalhos parece ter sido principalmente no período Islâmico-medieval, ainda que algum trabalho se

tenha feito sobre as ocupações romana e paleolítica da região. Claramente, toda a Proto-história e a Pré-história necessitam de maior atenção, principalmente no que diz respeito a projectos específicos para a emergência da agricultura e pastorícia e as ocupações das Idades do Bronze e do Ferro.

Os trabalhos de carta arqueológica no Algarve, ao contrário dos projectos de investigação que sempre rarearam desde sempre no Distrito de Faro, são os mais completos do país do ponto de vista de cobertura geográfica administrativa, ainda que muitas situações estejam marcadas por uma grande falta de rigor científico.

Desde os anos oitenta que o Algarve tem sido, primeiro por meio do Departamento de Arqueologia do extinto Instituto Português do Património Cultural, e depois através do IPPAR, objecto de prospecção por esses serviços centrais no sentido de compilar e proceder à execução da Carta Arqueológica de Portugal. Neste sentido, em 1989 saiu o primeiro volume referente à Carta Arqueológica do Algarve com o título *Estudos de Integração do Património Histórico-urbanístico para a Reabilitação Urbana*, incluindo não só a arqueologia mas também a História urbana com coordenação de José Manuel da Silva Passos, sendo a área da arqueologia da responsabilidade de Teresa Marques. Este volume integra apenas os concelhos de Aljezur, Vila do Bispo, Monchique e Lagos.

O volume seguinte, de 1992, desta feita apenas com a coordenação de Teresa Marques e da responsabilidade do então IPPAR, tratou os concelhos de Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé e S. Brás de Alportel, enquanto o último volume datado de 1995, e também com a mesma coordenadora e publicação pelo mesmo instituto, revelou a carta arqueológica de Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim.

Como é evidente e intrínseco à própria prospecção e carta arqueológica, o trabalho ficou incompleto, pelo que certos concelhos ou freguesias foram no entretanto objecto de prospecções para Carta Arqueológica. Destes podem contar-se os casos de Vila do Bispo, carta já publicada em 1987 e coordenada por Mário Varela Gomes e Carlos Tavares da Silva, publicação que foi seguida pela edição do Levantamento Arqueológico-Bibliográfico do Algarve por M. Varela Gomes e Rosa Varela Gomes, e o Concelho de Lagoa com os resultados publicados em 1995, sendo estes trabalhos da responsabilidade de M. Varela Gomes, João Luís Cardoso e Francisco Alves. Em resultado destes trabalhos da Carta Arqueológica, foram identificados um total de

cerca de 1000 sítios arqueológicos, distribuídos de forma muito irregular pelos vários concelhos. Existe um desequilíbrio muito claro entre os outros concelhos e os dois municípios sujeitos a trabalhos específicos de Carta Arqueológica - Vila do Bispo e Lagoa. Estes têm, respectivamente, cerca de 130 e 170 sítios assinalados, enquanto que os outros concelhos rondam, no melhor dos casos, pelos 80 sítios, como acontece com Silves, até ao limite inferior de apenas uma dezena de sítios em Vila Real de Santo António e de S. Brás de Alportel. Felizmente, este último concelho está neste momento a ser objecto dos trabalhos de Susana Estrela e Pedro Barros, pelo que essas lacunas serão com certeza preenchidas, como pudemos observar no relatório do primeiro ano dos seus trabalhos, com algumas dezenas de sítios já localizados. Exluíndo estes quatro casos pontuais, os restantes concelhos têm uma média de cerca de 50 sítios arqueológicos.

Do ponto de vista histórico, os resultados dos trabalhos de Carta Arqueológica são muito interessantes. A maior parte dos sítios referenciados em todos os concelhos parecem ser de cronologia medieval-islâmica, seguidos pelos sítios de época romana. Esta frequência nestas duas fases não é de surpreender. É de notar, no entanto, o número diminuto de sítios mesolíticos, da Idade do Ferro e de Época Visigótica que foram assinalados. O primeiro caso deve-se, com certeza, a dois aspectos: a terminologia, que faz com que alguns sítios mesolíticos sejam denominados epipaleolíticos; e a falta de prospecção específica para este tipo de sítios, aspecto aliás que parece estar comprovaado pelos resultados do projecto coordenado por Nuno Bicho, onde foram encontrados algumas dezenas de sítios mesolíticos em vários concelhos do Algarve. O segundo e o terceiro casos, isto é, a baixa frequência de sítios da Idade do Ferro e da Época Visigótica, deve-se possivelmente a três aspectos: a dificuldade em determinar com exactidão a cronologia destes sítios sem escavação; o número de sítios que provavelmente terá sido o mais baixo de todos os períodos em questão devido ao curto período de tempo de que se trata e ao tipo de ocupação e estrutura económica; à falta de estudos específicos, quer através de prospecção, quer de escavação para estes períodos no Algarve.

Algumas destas lacunas têm sido preenchidas recentemente, com outros trabalhos. Assim, têm decorrido nos últimos anos três trabalhos de Carta Arqueológica, focando as freguesias de Cachopo (coordenação de Maria e Manuel Maia e com financiamento da Comissão de Coordenação Regional do Algarve) e de Cacela (coordenação de Cristina Garcia) e o Concelho de S. Brás de Alportel (coordenação

de Susana Estrela e Pedro Barros, projecto já acima mencionado e que está integrado no Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos do IPA, mas cujo financiamento está a cargo da respectiva Câmara Municipal, uma vez que o IPA não financia projectos de Carta Arqueológica). Para além destes trabalhos algumas câmaras municipais têm os seus Técnicos Superiores de Arqueologia a trabalhar na constante actualização das respectivas cartas Arqueológicas, sendo disso exemplo o caso de Alcoutim.

Em adição aos trabalhos de Carta Arqueológica, o Algarve tem sido também objecto de vários trabalhos de prospecção devido à construção de infraestruturas urbanas, rodoviárias e outras como barragens e o novo sistema de condutas de água. Estes trabalhos, num total de cerca de 20 projectos, incidem no acompanhamento de obras ou estudos iniciais de impacto patrimonial na maior parte dos concelhos, com são os casos da IC4 e a A2, a construção de marinas e docas (como a de Albufeira ou Faro), campos de golfe e urbanizações turísticas (na Quinta do Lago, no Concelho de Loulé ou na Quinta do Laranjo, em Alcoutim).

Desta forma, os resultados do número de sítios arqueológicos conhecidos no Algarve acima apresentados estão neste momento claramente desactualizados, uma vez que, como vimos, existem várias equipas a trabalhar actualmente em prospecção no Algarve. Ainda que estes trabalhos não estejam publicados, a troca de impressões com vários colegas, bem como a informação resultante dos nossos próprios projectos e dados fornecidos pelas autarquias que tão gentilmente colaboraram no relatório agora apresentado, levam a pensar num aumento na ordem dos 50% do número de sítios, o que significa que actualmente devem ser conhecidos perto de 1500 sítios na região do Algarve. Este trabalho, como já foi dito anteriormente, continua incompleto, aspecto extremamente pernicioso, atendendo ao facto da intensificação da construção imobiliária turística no Algarve, que, infelizmente, não respeita a legislação existente de protecção do nosso património.

Mas os trabalhos arqueológicos não se limitam aos projectos de investigação e de prospecção. Com o desenvolvimento e cumprimento da legislação sobre os trabalhos de minimização dos impactos patrimoniais devido a empreendimentos públicos ou privados, a região do Algarve tem tido um aumento substancial nos trabalhos arqueológicos de acompanhamento destas obras, não se limitando estes à prospecção já mencionada acima. De facto, fizeram-se nos últimos anos alguns trabalhos de escavação e sondagens de emergência, não só devido à construção de

empreendimentos públicos ou privados, mas também devido a causas naturais, como a erosão marinha e eólica, fenómeno importante em todas as zonas costeiras do Algarve. Deste modo, contam-se cerca de 25 intervenções de emergência, escavação ou sondagem. Do ponto de vista geográfico, a incidência destes trabalhos parece centrar-se nos concelhos de Silves (principalmente dentro do perímetro urbano), Albufeira, Loulé e Alcoutim, com alguns exemplos em Vila do Bispo, Portimão e Faro.

Estes trabalhos raramente são executados pelos técnicos existentes nas respectivas câmaras municipais, mas sim por elementos exteriores a estas, quer no âmbito dos projectos científicos mencionados anteriormente, quer pela extensão regional do IPA, quer ainda no âmbito de contratos específicos para a execução desses trabalhos. Neste caso, podem-se talvez nomear as duas empresas que mais têm trabalhado no Algarve, a ERA e a GEOARQUE, ambas sediadas em Lisboa.

Outro aspecto interessante neste tipo de trabalho reside no facto de terem incidido sobre sítios de cronologia bastante recente, entre a ocupação romana e medieval de zonas urbanas. As intervenções em sítios pré-históricos, isto é paleolíticos, mesolíticos ou neolíticos são raras, principalmente nos dois primeiros casos. No caso do calcolítico são inexistentes, tal como no caso de sítios de cronologia proto-histórica.

Os trabalhos de escavação e sondagem integrados em projectos de investigação são também pouco variados, contabilizando-se um total de cerca de meia centena de intervenções durante o último quinquénio. Os responsáveis são apenas cerca de uma dúzia, correspondendo às equipas de investigação dos projectos. Assim, vemos dois focos principais nestes trabalhos, com uma concentração dos trabalhos em zonas urbanas, de onde resultam intervenções em romano, islâmico e medieval, e de onde se devem destacar os trabalhos de Maria e Manuel Maia em Tavira, Helena Catarino em Alcoutim, Salir e Paderne, Teresa Gamito em Faro e Silves e Rosa Varela Gomes também em Silves. O outro foco de investigação centra-se principalmente nas zonas costeiras dos concelhos de Albufeira, Lagoa e Vila do Bispo com sondagens de sítios pré-históricos de cronologia variada do Paleolítico Médio ao Neolítico, resultantes dos trabalhos da equipa luso-americana coordenada por Nuno Bicho.

De novo, sente-se a ausência de escavações de sítios proto-históricos que, apenas com a excepção dos trabalhos de contexto urbano de Maria e Manuel Maia em Tavira e de Elena Mórán e Rui Parreira em Alcalar, não tiveram qualquer atenção como objectivo principal de um projecto de investigação nos últimos anos.

III. VALORIZAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

A valorização dos sítios arqueológicos encontra-se praticamente a cargo do IPPAR e, nalguns raros casos, o financiamento e responsabilidade é partilhada entre este e um particular, uma autarquia ou o turismo. De facto, o investimento feito pelo IPPAR, ainda que não suficiente tendo em conta os inúmeros sítios que merecem ser objecto do processo de valorização e de construção de um centro interpretativo ou núcleo museológico, tem sido único no Algarve focando os imóveis pertencentes ao IPPAR. Estes são, como é evidente em grande número, pelo que esse Instituto tem feito recair a sua escolha de forma criteriosa, atendendo às limitações financeiras e de pessoal técnico, bem como aos parceiros de cada sítio arqueológico. Estas intervenções, que se fazem ao nível de obras de restauro, reabilitação e valorização do sítio arqueológico, têm como objecto preferencial aqueles sítios que estão em risco e que, portanto, têm necessidades imperiosas de uma intervenção de emergência de forma a salvaguardar a originalidade e a importância do sítio; que tenham um alto potencial de valorização, nos seus aspectos de monumentalidade e contextualização ambiental da paisagem, de forma a assegurarem a memória activa das populações humanas locais e regionais, aspecto que tem sido sobrevalorizado quando existem parcerias com as autarquias. Como é evidente, estas escolhas são fortalecidas quando existem factores externos de financiamento para determinadas acções – aquilo que foi designado pelo IPPAR (2000) por “janelas de oportunidade que decorrem da existência de condições momentâneas para se produzir um programa de valorização”.

As obras de valorização estão a decorrer ou decorreram em cerca de meia dúzia de sítios arqueológicos, nomeadamente as ruínas romanas de Abicada (Portimão) sob a direcção científica de Isabel Inácio e Rui Parreira; a necrópole calcolítica de Alcalar (Portimão), sob a responsabilidade de Rui Parreira e Elena Mórán, nomeadamente através de escavações, limpeza, tratamento e trabalhos de consolidação do monumento nº 7, bem como a execução de um projecto de arquitectura para a valorização do monumento, cuja responsabilidade é do Arqº João Santa-Rita; as ruínas romanas de Milreu (Faro), cujo trabalho científico tem sido da responsabilidade dividida por Felix Teichner e João Pedro Bernardes, enquanto que a coordenação do projecto de valorização tem pertencido à Direcção Regional do IPPAR; as ruínas romanas do Cerro da Vila (Loulé) também sob a orientação

científica de Feliz Teichner, e coordenação da valorização feita pelo IPPAR e Lusotur; o castelo de Paderne (Albufeira), cuja orientação científica tem estado a cargo de Helena Catarino; o castelo de Aljezur sob a responsabilidade científica de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares; e, finalmente, as pontes de Quelfes e da Tôr, sob a responsabilidade científica da Delegação Regional do IPPAR. Em projecto encontra-se o desenvolvimento de trabalhos de escavações, limpeza, tratamento e trabalhos de consolidação bem como a execução de um projecto de arquitectura para a valorização do sítio romano da Boca do Rio (Vila do Bispo).

As filosofias de intervenção destas obras por parte do IPPAR têm seguido determinados princípios, que partem da preservação, conservação e restauro do sítio ou monumento, passando por um trabalho de investigação científica a longo prazo, que possibilite uma melhor compreensão do contexto do sítio arqueológico, de forma a enriquecer a sua exposição e conseqüente utilização pública através de construção de infraestruturas de acolhimento ao público, que no caso do Algarve toma em consideração a sua grande procura, por aquilo que se começa a designar de turismo cultural.

Do ponto de vista do financiamento, o IPPAR vai investir um total superior a 300,000 contos, em novas infraestruturas como centros interpretativos, em trabalhos de consolidação de limpeza e em projectos científicos de contextualização de cada sítio arqueológico, projectos estes sempre a decorrer ao longo de vários anos, como meio de valorizar o projecto de cada sítio. Face à informação acima exposta, é notório o esforço considerável feito por este organismo no Algarve, que se poderia dizer, pelo menos do ponto de vista do financiamento, o maior executado por organismos do poder central até ao momento e neste domínio.

IV. ENSINO E INFRAESTRUTURAS DA ARQUEOLOGIA NO ALGARVE

O ensino da arqueologia na região do Algarve encontra-se exclusivamente na Universidade do Algarve. De facto, esta área do conhecimento desenvolveu-se logo desde cedo, devido aos esforços da Prof. Doutora Teresa Júdice Gamito, que começou o Sector de História e Arqueologia da Unidade de Ciências Humanas, e que, mais tarde, se transformou em Área Departamental de História e Arqueologia da Unidade de Ciências Exactas e Humanas. No quadro de desenvolvimento e alterações em curso na Universidade do Algarve, será criado o Departamento de História, Arqueologia e Património da actual Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

O ensino da Arqueologia foi primeiramente leccionado na Universidade do Algarve, no curso de Licenciatura de Estudos Portugueses, curso aliás criado sob a coordenação da Prof^a. Doutora Teresa Gamito, e que tinha como objectivo geral não somente o ensino da língua e literatura portuguesas, como é corrente em outras licenciaturas de nome semelhante, mas também uma visão geral sobre a cultura portuguesa, incluindo, como é natural, todo o património cultural, desde a arqueologia à literatura, passando pela história e pela antropologia.

Mais recentemente, o ensino da arqueologia na Universidade do Algarve faz-se de forma mais extensa e detalhada na licenciatura de Património Cultural, onde se formam técnicos especialistas em Património, especificamente nas áreas de Arqueologia e História da Arte. Devido a este desenvolvimento curricular, a Área Departamental de História e Arqueologia tem agora um corpo de docentes em arqueologia pré-histórica, clássica e medieval, que terá tendência a aumentar nos próximos anos com a abertura de um curso de doutoramento programado para se iniciar dentro de dois a três anos. Este conjunto de investigadores tem vários projectos, quer no Algarve, quer noutros pontos do país, movimentando um número de alunos, de licenciatura, mestrado e de doutoramento na ordem das várias dezenas por ano, e tendo várias colaborações internacionais, que ligam o Algarve a França, Espanha, Inglaterra, Alemanha, Rússia e Estados Unidos da América.

No que respeita às infraestruturas, podemos dizer que o Algarve tem uma diversidade considerável de organismos, atendendo às dimensões do Distrito de Faro. Os museus de arqueologia são cinco (dois em Silves, e um em Albufeira, Faro e Loulé), estando em projecto um sexto, o de Portimão. O Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, em Faro, encontra-se neste momento em profunda reestruturação, que terminará a médio prazo com a abertura do novo núcleo museológico do Castelo, daqui a cerca de dois anos. Um dos museus, o Museu da Cortiça de Silves, ainda que sendo de arqueologia, está enquadrado no âmbito da Arqueologia Industrial e, portanto, de certa forma demasiadamente específico para poder representar o mundo arqueológico do Algarve.

É de salientar, neste grupo de museus, o facto de serem todos de carácter municipal, com talvez excepção do museu de Faro, que, pelo menos em termos das suas colecções e do projecto agora a correr, tem claras tendências regionais. Outro aspecto que deve ser salientado é o da concentração regional destes museus entre Faro e Silves, sem dúvida nenhuma aqueles concelhos que têm tido um maior impacto dos profissionais de arqueologia vindos das instituições lisboetas, bem como aqueles que do ponto de vista sócio-económico e cultural se encontram mais desenvolvidos.

Ao nível de centros interpretativos podemos constatar a existência de quatro infraestruturas de valorização e apoio ao público nos sítios arqueológicos do Castelo de Alcoutim, Milreu, Cerro da Vila e Alcalar. De novo podemos constatar uma tendência geral para a centralização, ainda que menos marcada do que no caso dos museus. Do ponto de vista tipológico, é clara a tendência para os sítios de tipo monumental, o que, aliás, se percebe por duas razões: a primeira é devida à preferência clara do público em ver sítios que têm características monumentais, facilmente compreensíveis e que apelam ao sentido estético e ao sentimento e orgulho nacionalista do visitante; em segundo lugar, e como já foi acima referido, é aquela preferência uma das referências para a escolha da valorização de sítios arqueológicas feita pelo IPPAR. No entanto, e no caso do Algarve com sítios tão importantes sem estruturas, os critérios para a escolha dos sítios onde se investem recursos deve ser, sem dúvida, um aspecto a ser analisado e a reequacionado na política do desenvolvimento da Arqueologia na região.

No que respeita aos núcleos museológicos, podemos verificar que existem três museus municipais com núcleos arqueológicos, estando estes localizados em S. Brás de Alportel (Museu Etnológico do Trajo Algarvio), em Aljezur (Museu Municipal de Aljezur) e em Lagos (Museu Municipal Dr José Formosinho), todos eles marcados por colecções essencialmente de proveniência municipal. Também dentro deste conjunto podemos nomear o Pólo Museológico dos Frutos Secos em Loulé, que se poderia inserir, tal como o caso do Museu da Cortiça de Silves, na área da Arqueologia Industrial.

Ainda do ponto de vista de infraestruturas, temos a presença de vários laboratórios de restauro e conservação. Estes laboratórios apresentam, de novo, claramente a característica da centralização geográfica, com dois laboratórios em Faro, um no Museu Arqueológico e Lapidar e outro na Área Departamental de História e Arqueologia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, um em Loulé e outro em Silves, ambos no respectivo Museu Municipal de Arqueologia.

Finalmente, temos ainda a extensão territorial do IPA, sediada em Silves, e que começou a funcionar apenas há três anos. O trabalho deste organismo tem sido importantíssimo no desenvolvimento e organização recentes da arqueologia do distrito de Faro, sendo as suas funções não só de acompanhamento dos projectos de investigação, mas também de todos os processos de estudos de impacto patrimonial arqueológico e da avaliação de todos os trabalhos de escavação e sondagens de emergência, que nalguns casos, são de facto efectuados pela própria equipa do IPA. Para além dessas funções, que são as previstas na lei, tem havido uma preocupação especial no caso da equipa da extensão de Silves, em desenvolver o interesse das autarquias pelo património arqueológico, bem como promover a cooperação entre instituições, públicas e privadas, no sentido da execução de projectos de protecção do património regional e da sua divulgação.

Em termos de recursos humanos a trabalhar em instituições sediadas no Algarve, temos um total de 43 técnicos, espalhados por nove organismos: Câmara Municipal de Alcoutim e de Vila Real de Stº António, Campo Arqueológico de Tavira, Museu Arqueológico e Lapidar em Faro, Universidade do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia de Loulé, Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Extensão Territorial do IPA em Silves e Instituto Português do Património Arquitectónico.

Estas quatro dezenas de técnicos distribuem-se por várias áreas profissionais bem distintas: técnicos superiores da arqueologia (9) e assistentes de arqueólogos (6); técnicos profissionais de museografia (11) e de conservação e restauro (5); e professores universitários (6).

Também no caso dos recursos humanos se nota a preponderância de elementos em três concelhos do centro algarvio, Faro, Loulé e Silves. De facto, nestes três concelhos vê-se uma superioridade numérica clara com cerca de 75% dos recursos de todo o Algarve, marcada simultaneamente por uma maior diversidade de especializações.

Em conclusão, podemos assim dizer que do ponto de vista quantitativo e qualitativo o Algarve não estará muito deficitário no que diz respeito a recursos materiais e humanos no campo da Arqueologia. No entanto, quando se analisa, mesmo superficialmente, a dispersão destes recursos, fica claramente presente um cenário de centralização dos meios humanos e das infraestruturas. Na maior parte dos casos, com excepção de centros de interpretação de sítios arqueológicos, esta centralização não é necessariamente negativa, uma vez que permite poupar recursos financeiros e melhorar a especialização dos técnicos existentes. Mas, por outro lado, esta filosofia só é funcionalmente vantajosa para a região, quando houver uma verdadeira rede de trabalho e de cooperação entre todas as instituições existentes no Algarve. Infelizmente, ainda não é possível dizer-se que assim seja, já que se nota claramente um divórcio oficioso entre as várias instituições, mesmo quando existem protocolos de cooperação.

V. IDENTIFICAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE MAIOR INTERESSE PATRIMONIAL

A identificação dos sítios arqueológicos de maior interesse patrimonial deve ter em atenção vários factores. Como é evidente, um destes factores deve ser o valor ou potencial que um determinado sítio tem do ponto de vista científico. Quer isto dizer que a identificação feita pela equipa responsável por este relatório, marcada do ponto de vista profissional e académico pela investigação científica, vai dar relevo a este factor no reconhecimento da importância relativa de um dado sítio arqueológico.

Um segundo factor é o seu interesse museológico, uma vez que esse aspecto poderá ter um elevado impacto na população local, já que, se houver o desenvolvimento de um núcleo museológico, poderá fomentar o chamado turismo cultural, potenciando, pois, os recursos locais e regionais e, simultaneamente, proteger esse património arqueológico. Ligado a este aspecto está o terceiro factor que se prende com o estado de conservação do sítio. Naturalmente, na eventualidade de ser necessário seriar sítios arqueológicos com base na sua importância para efeitos de aplicação de investimentos, esta seriação terá que ter em conta o estado de conservação do sítio arqueológico. Este factor poder-se-á tornar numa espada de dois gumes pois, se por um lado o investimento de recursos humanos e materiais é canalizado para um sítio bem preservado, por outro, a necessidade de preservação imediata de um sítio pior conservado terá, com certeza, de ser um factor importante nessa seriação.

Outro aspecto relevante nesta identificação de sítios importantes no Algarve é a sua cronologia. Do ponto de vista museológico e, logo, de atracção pública, os sítios de cronologia romana e medieval de tipo monumental serão aqueles que as instituições regionais de cariz autárquico terão, muito provavelmente, como as primeiras prioridades de o investimento. No entanto, é necessário proteger todos momentos da nossa história, pelo que, mesmo aqueles sítios arqueológicos *a priori* menos interessantes para o público deverão, necessariamente, fazer parte de um programa de protecção, estudo e, conseqüentemente, de financiamento.

Na sequência destes vários factores, a equipa, constituída por especialistas de várias épocas, abordará esta questão de um ponto de vista cronológico, de forma a

incluir todas as fases da evolução histórico-cultural da região. Desta forma, apresentamos um ponto sobre Pré-história, Idades do Bronze e do Ferro, Época Romana e Idade Medieval que incluirá também a ocupação Islâmica do Algarve. Em anexo apresentamos também a listagem dos sítios considerados importantes pelas Câmaras Municipais.

1. A situação da Pré-História

O Paleolítico e Epipaleolítico, devido às características intrínsecas dos sítios arqueológicos com esta cronologia, têm sido claramente descurado na história da Arqueologia do Algarve. Contudo, é uma das áreas do país com maior potencial para responder a questões de evolução humana, bem como sobre a primeira ocupação europeia por comunidades ainda pré-humanas. Este facto deve-se à sua localização junto de Gibraltar e, portanto, uma das possíveis avenidas de saída de África ainda com o *Homo erectus*, ou com espécies anteriores a esta. Mas o Algarve não é só importante ao nível do Paleolítico Inferior. O Paleolítico Médio parece ser extremamente importante, talvez mesmo uma referência para o resto do país, através de aspectos específicos como a utilização de recursos aquáticos há, pelo menos, 30,000 anos, de que destacamos a tartaruga e marisco. Esta utilização parece ser única no país e encontra-se numa das galerias da Gruta de Ibn Amar, no Concelho de Lagoa. Este sítio é um dos exemplos mais importantes as grutas arqueológicas, não só pela sua ocupação paleolítica, mas também porque parece ter tido ocupações durante as Idades do Bronze e do Ferro. Do ponto de vista tradicional tem, como aliás se pode ver pelo seu nome, uma vertente histórico-antropológica, na área das lendas locais. Simultaneamente, é um dos locais de utilização pelas comunidades de morcegos do Algarve, pelo que a sua protecção e valorização tem também todo o interesse do ponto de vista ecológico. Infelizmente, este sítio está em contínua devastação antrópica, pelo que o seu estudo, protecção e valorização seriam de primeira prioridade.

Ainda dentro da Pré-história Antiga, parece importante o estudo do complexo de sítios do Paleolítico Médio e Superior que se encontram na zona dos lagos das planícies altas a norte de Vila do Bispo, junto aos campos de moinhos eléctricos.

Em relação ao Paleolítico Superior, parece-nos importantíssimo o sítio arqueológico de Vale Boi, localizado junto à povoação do mesmo nome entre Lagos e Vila do Bispo. Este é, sem dúvida, o sítio mais importante em território português, devido não só à sua extensão, mas também porque apresenta toda a sequência do Paleolítico Superior português, sendo caracterizado por uma grande quantidade de fauna pliocénica, que permitirá estudar todo o conjunto de actividades económicas dos caçadores-recolectores desse período no Algarve, incluindo a sua relação com os recursos marinhos, já muito importantes desde essa altura.

Em relação ao Epipaleolítico, este deve ser estudado, no caso algarvio, em conjunto com o fase seguinte, ou seja, o Mesolítico. Esta fase, que tem como balizas cronológicas os 10,000 e os 6,500 anos BP, aponta para uma fase marcada por uma utilização intensiva dos recursos marinhos em conjunto com os terrestres. Infelizmente, pouco ou nada se sabe dos sítios do interior, mas existem alguns exemplos importantes na costa, como seja o caso dos sítios do Barranco das Quebradas, junto a Sagres ou os da zona de Tavira como o Monte do Cerro, na freguesia de Conceição. Também neste contexto podemos ver a importância de sítios do Neolítico Antigo, que permitem o aparecimento da agricultura no Algarve e em Portugal, sendo provavelmente os sítios mais antigos de Portugal com vestígios desta tecnologia. Destes sítios podemos destacar os de Padrão e da Rocha das Gaivotas, ambos em avançado grau de destruição e erosão.

No período que vai do Neolítico ao Calcolítico, temos alguns sítios importantes no Algarve. Tal como noutros períodos, sente-se alguma falta de trabalho específico, exceptuando o trabalho de Vítor Gonçalves. No entanto, parece claro que, apesar de existirem sítios de tipo megalítico conhecidos por todo o Algarve, o número de sítios de habitat são pouco numerosos e não foram tratados com a intensidade que seria desejável. Assim, parece haver quatro sítios que deveriam ser objecto de intervenções, quer ao nível da investigação científica, quer ao nível da protecção e valorização. É o caso do Cerro do Castelo de Santa Justa em Alcoutim (Martinlongo), povoado calcolítico intensamente escavado, onde se detectaram linhas de muralhas (com torreões) e estruturas habitacionais em bom estado de conservação e que forneceu abundante espólio arqueológico. Trata-se de um sítio está em bom estado para ser conservado/restaurado e musealizado; também a Anta do Curral da Castelhana e a Tholos da Eira dos Palheiros, ambas na região de Alcoutim, já escavadas, mas com interesse e em boas condições para se proceder à

sua musealização; finalmente, todo o complexo de Alcalar (monumentos megalíticos e habitat), que, felizmente, está a ser intervencionado.

2. O caso da Proto-História

No caso da Proto-História, a análise aqui apresentada pretende, basicamente, traçar um panorama da situação dos sítios Proto-históricos no Algarve, numa perspectiva arqueológica e de futura valorização, não podendo ser encarada como uma revisão da problemática da investigação arqueológica, dado que se reporta, apenas, aos últimos 5 anos.

Parece-nos claro que os principais obstáculos à salvaguarda e valorização do património arqueológico no Algarve tem sido a falta de diálogo entre os vários organismos responsáveis pelo mesmo.

Em termos gerais, o Algarve é, sem dúvida, a área melhor conhecida arqueologicamente (é a única com a Carta Arqueológica já publicada) mas, em contrapartida, é também a que mais tem sofrido destruições do património mercê da forte pressão urbanística.

Os dados existentes sobre o povoamento da Idade do Bronze no Algarve permitem-nos verificar que existem graves lacunas na informação actualmente disponível. De facto, para além do registo de inúmeras necrópoles, actualmente destruídas, não se conhecem ou não foram identificados ainda quaisquer povoados conectados a este período.

Esta situação, por um lado, recomenda a realização urgente de estudos (prospecção) no Algarve e, por outro, inibe uma correcta avaliação do seu potencial, para um estudo com estas características.

Ao contrário do período antecedente em que conhecemos as necrópoles mas desconhecemos os povoados, na Idade do Ferro conhecemos essencialmente os núcleos urbanos, mas não dispomos de uma informação paralela sobre as suas necrópoles.

Fazendo uma breve retrospectiva daquilo que tem sido a investigação sobre este período, verificamos que a informação actualmente disponível é muito dispersa e desequilibrada. Existem, por um lado, dados sobre um lote de epígrafes com escrita do Sudoeste, provenientes do interior, que indiciam a existência de necrópoles (todas mal conhecidas), e, por outro, conhece-se a existência de grandes aglomerados fortificados, no litoral.

Esta aparente dualidade geográfica poderá dever-se, unicamente, a questões de diferenças na investigação realizada até ao momento e não a uma efectiva dualidade geográfica.

Os povoados a seguir enumerados são, sem dúvida, os mais significativos, actualmente conhecidos:

- ◆ **Castelo de Aljezur**. I.I.P. (Decreto nº 129/77 de 29/9). Está a ser objecto de escavações por parte dos arqueólogos do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e está prevista uma extensa acção de conservação e valorização do conjunto patrimonial. A sua fundação remonta ao Bronze Final com continuidade na Idade do Ferro, Romano e período Medieval.
- ◆ **Monte Molião**, Lagos. I.I.P. (Decreto nº 26-A/92, de 1-6). As primeiras "escavações" remontam ao princípio do século (Padre José Joaquim Nunes, Santos Rocha e Leite de Vasconcellos) as quais permitiram determinar a sua cronologia, com uma ocupação desde a Idade do Ferro até ao período Medieval. Em 1999 teve uma intervenção de emergência realizada pela Dr.^a Susana Estrela, no decurso de acompanhamento da obra aí realizada (moradia). Este local sofreu várias destruições desde o alargamento da E.N. 125 até à recente aprovação e construção de uma moradia, no local. É, inequivocamente, um sítio de grande interesse e importância arqueológica, não obstante as destruições de que tem sido alvo.
- ◆ **Vila Velha**, Alvor. Encontra-se totalmente protegido pela ZEP da Igreja Matriz do Alvor. Foi intervencionado nos anos de 1986 a 1988 pela Prof. Doutora Teresa Gamito. Tem ocupação desde a Idade do Ferro até ao período muçulmano.

◆ **Cerro da Rocha Branca**, Silves. Foi intervencionado nos anos de 1981, 1984 e 1985 pelo Arq. Mário Varela Gomes e foi muito destruído, pelo seu proprietário em 1988 (com acção judicial contra os autores da destruição). Continuam a aparecer muitos materiais arqueológicos à superfície, bem como muita pedra solta que deverá pertencer a restos de estruturas defensivas e habitacionais. Não se realizou qualquer avaliação das áreas, eventualmente, conservadas. Tem ocupação desde a Idade do Ferro até ao período romano.

◆ **Cidade de Tavira.**

- ◆ Pensão Residencial do Castelo. Com projecto de musealização *in situ* das estruturas.
- ◆ Edifício BNU
- ◆ Convento da Graça
- ◆ Solar dos Cortes Reais
- ◆ Zona envolvente do Palácio da Galeria
- ◆ Palácio da Galeria

◆ **Castelo de Castro Marim**. M.N. (Decreto 16/VI/1910) Foi intervencionado nos anos de 1983, 1984 a 1988 e 2000 pela Prof. Doutora Ana Margarida Arruda. Identificou-se uma longa diacronia de ocupação que vai desde o Bronze Final até ao período Romano.

Face ao que foi exposto anteriormente parece-nos importante sublinhar que as grandes questões ligadas ao povoamento destes períodos, no Algarve, permanecem por esclarecer e que só se poderão esclarecer através de um programa de prospeções intensivas e de escavações arqueológicas extensas, inseridas em projectos de investigação de longa duração.

A informação arqueológica disponível documenta, de modo inequívoco, a grande riqueza arqueológica desta região, cujo estudo tem sido dificultado pela falta de meios financeiros e técnicos tem dificultado o seu estudo. Por outro lado, a forte pressão urbanística/turística cria especiais responsabilidades às entidades envolvidas neste processo, tanto mais que elas deveriam ser as principais interessadas na protecção patrimonial da região.

3. A Época Romana

No panorama da Arqueologia Romana Nacional, o Algarve assume-se como uma das regiões de maior destaque. A importância de algumas cidades do litoral algarvio no contexto da Lusitânia romana, como *Balsa* e *Ossonoba*, é inequivocamente demonstrada por um espólio arqueológico rico e variado. A investigação dos terrenos em torno das quintas de Torre de Aires e Antas (Luz de Tavira), onde teve assento a primeira daquelas cidades, e um programa atento de acompanhamento de obras e trabalhos que impliquem remoção de terras na área antiga de Faro, coincidente com a localização da cidade de *Ossonoba*, contribuirão, certamente, para trazer à luz do dia muitos dos aspectos da grandiosidade civilizacional com que o Algarve foi marcado na época antiga. Uma atenção especial deverá ainda incidir em centros urbanos de menor categoria, como *Baesuris* (Castro Marim) *Ipses* (Vila Velha do Alvor?), *Cilpes* (Cerro da Rocha Branca? - Silves) ou *Lacobriga* (Monte Molião? - Lagos), mas, ainda assim, de importância relevante, ao ponto de terem cunhado moeda ou serem referidas nas fontes literárias clássicas.

A época romana no Algarve é ainda fortemente marcada pelos testemunhos de uma densa rede de importantes e ricas *villae*, em grande parte dadas a conhecer pelos trabalhos de Estácio da Veiga, no século passado, e pela publicação da obra *Arqueologia Romana do Algarve* assinada pela bisneta daquele eminente arqueólogo algarvio. As *villae* da Abicada (Mexilhoeira Grande, Portimão), do Cerro da Vila (Vilamoura) ou de Milreu (Estói), sob a alçada do I.P.P.A.R. são objecto actualmente de investimentos com vista à sua valorização e integração em circuitos turísticos. A vertente do turismo cultural que, de sobremaneira, interessa à diversificação e qualificação do sector turístico algarvio, poderá ainda potencializar outros sítios, com importantes recursos arqueológicos, numa perspectiva de aproveitamento turístico-cultural, como é o caso das *villas* da Boca do Rio (Budens, Vila do Bispo), Quinta do Marim (Olhão), Cacela ou Montinho das Laranjeiras (Alcoutim), entre outras.

4. A Questão da Época Medieval

O dinamismo económico do Algarve romano é ainda hoje perfeitamente perceptível em muitos destes sítios, não só pela excelente conservação dos tanques das suas indústrias de preparados de peixe, como em Boca do Rio, ou pela imponente barragem do Vale Tesnado, destinada a abastecer de água a *villa* do Cerro da Vila e as suas grandiosas termas, como ainda por outros aspectos que a investigação e valorização arqueológica poderá pôr ao serviço de um desenvolvimento integrado da região.

Entre as diversas regiões do país, o Algarve é, talvez, das poucas que não têm merecido um grande interesse por parte dos investigadores portugueses da época medieval. Não são muitos nem muito esclarecedores, de facto, os estudos disponíveis sobre a região. Tal alheamento deve-se, em boa parte, ao quase total desaparecimento dos fundos arquivísticos do Algarve: nada se conhece dos fundos medievais do bispado de Silves e os poucos mosteiros e conventos sediados na região não produziram, ao que parece, os conjuntos documentais conhecidos para outros institutos e para outras regiões. No panorama dos arquivos algarvios, apenas o arquivo histórico municipal de Loulé contém séries documentais significativas. Infelizmente, essas séries têm um interesse marcadamente local, ligado à administração e à vida dos vizinhos do concelho em finais da Idade Média.

O panorama pouco se altera no que respeita às fontes islâmicas. Os poucos textos conhecidos, por vezes de acesso difícil, devido à inexistência de traduções, apresentam um carácter muito estereotipado e mostram uma grande tendência para se concentrarem nos fenómenos políticos e nos ambientes urbanos. Os dados que a partir deles se têm obtido, embora sejam, por vezes, muito sugestivos, dificilmente podem servir, por isso, para reconstruir, em bases minimamente seguras e com os pormenores devidos, os grandes movimentos históricos que caracterizaram a região naquela época.

Em face deste quadro geral, não admira que tenha cabido à investigação arqueológica um papel decisivo no conhecimento da região durante a Idade Média. Os resultados têm sido particularmente significativos no que respeita ao povoamento rural da época islâmica, em regra ignorado pelas fontes árabes disponíveis, mais

preocupadas com as cidades, com as suas gentes e os seus costumes. Graças aos trabalhos publicados nos últimos anos, sobretudo por H. Catarino, torna-se possível conhecer hoje a distribuição do povoamento nas zonas rurais, identificar as inúmeras estruturas defensivas que o protegiam e organizavam e até entrar em contacto com os interiores das habitações e os artefactos do quotidiano. A informação disponível não cobre, porém, toda a região de modo uniforme, havendo que completar o panorama através de prospecções sistemáticas no Algarve Central e Ocidental, onde a organização do povoamento pode obedecer a modelos distintos.

A comparação desses resultados com as notícias disponíveis para o período posterior à Reconquista, quando o povoamento parece rarefazer-se nos meios rurais e reorganizar-se em função dos núcleos urbanos, sugerindo uma ruptura provocada pelas conquistas cristãs, obriga talvez a algumas cautelas suplementares e a dirigir a pesquisa no sentido de avaliar a densidade da ocupação do espaço na época islâmica. Nessa perspectiva, será imprescindível orientar a investigação para o estudo dos equipamentos colectivos que podem traduzir, pela sua natureza, a dimensão demográfica das comunidades rurais existentes na região. Entre eles, cumpre destacar os cemitérios e as mesquitas, ou as antigas igrejas moçárabes, dos quais pouco ou nada se sabe. O conhecimento da distribuição dos celeiros de uso colectivo, também conhecidos como covas de pão, e das estradas, pontes e caminhos que cruzavam os espaços rurais, constituem outra dimensão importante na avaliação da densidade do povoamento rural. O mesmo se pode dizer da identificação das superfícies irrigadas, quer dizer, das hortas, geralmente utilizadas para um cálculo aproximado das populações envolvidas na sua construção e manutenção ao longo dos tempos.

A hidráulica rural na época islâmica é, aliás, um campo a desbravar no território português e deverá merecer, por isso, uma atenção especial. À parte umas quantas referências muito genéricas, quer sobre a apetência dos árabes pela agricultura de regadio — a água não dorme, lembra um provérbio berbere —, quer sobre algumas, poucas, hortas dos arrabaldes das grandes cidades, quase nada se conhece sobre as estruturas de irrigação de pequena dimensão, outrora existentes nas proximidades de todos os casais e alcarias. A investigação deverá orientar-se, em primeiro lugar, para a identificação e descrição das estruturas de captação e de distribuição de água ainda existentes por todo o território algarvio. A maior parte dessas estruturas, quer dizer, os poços, noras e azenhas, as canhas e as condutas subterrâneas, as barragens de derivação, as albercas e os canais de irrigação, não

apresenta uma cronologia muito precisa, dada a sua reutilização ao longo dos tempos, mas podem ser datadas, com alguma segurança, através da análise dos aparelhos e das técnicas construtivas, mediante a sua relação com outros vestígios arqueológicos, ou através das poucas notícias documentais disponíveis. Entre os casos conhecidos, salientem-se as barragens da Fonte Coberta, em Lagos, e de S. Rita, junto a Cacela, possivelmente de construção islâmica, a barragem dos Machados sobre o rio Seco, com um sistema de distribuição de água com paralelos conhecidos no país vizinho, as canhas (minas de água) existentes no vale da Asseca, a norte de Tavira, ou até as mini-estruturas de captação e de distribuição de água que se encontram nas áreas rurais de S. Brás, de Salir e de Querença. O levantamento e o estudo desses sistemas hidráulicos torna-se, hoje em dia, cada vez mais imperioso, dado o risco de ruína que já caracteriza muitos deles.

As cidades algarvias de origem islâmica, que contam, aliás, com algumas referências nos textos da época e que se encontram talvez melhor documentadas nas fontes cristãs, constituem outro campo ainda pouco explorado. Em termos gerais, conhece-se pouco do urbanismo que as distinguiu e dos equipamentos que nelas existiam, como os mercados, os banhos, as escolas e as mesquitas, mas também não se sabe mais da morfologia das habitações urbanas, ou mesmo das muralhas que as protegiam, dadas as diversas reconstruções e alterações que sofreram ao longo dos tempos. As actuais malhas urbanas já não guardam muitos testemunhos dessa época, mas ainda é possível reconstituir muito dessas realidades passadas, conjugando pacientemente as referências documentais com os resultados provenientes de intervenções arqueológicas pontuais, que são, de resto, aquelas que melhor se adaptam às realidades urbanas.

Um último feixe de questões prende-se com a inventariação e o estudo das pequenas comunidades de pescadores, cuja actividade aparece mencionada em inúmeros textos da época medieval, entre os quais se destaca a narrativa do milagre de S. Maria de Faro. Apesar da importância da pesca na vida económica da região, que suscitaria, de resto, boa parte do interesse dos monarcas portugueses pelo Algarve, nada se conhece da vida dessas comunidades e dos povoados onde moravam boa parte do ano, nem mesmo da tipologia das suas embarcações, ou dos artefactos utilizados nas fainas marítimas. O povoado litoral da época islâmica que foi recentemente identificado junto à praia da Marinha, no concelho de Lagoa, graças a uma prospecção realizada por Nuno Bicho, deverá ser objecto, por isso, de uma escavação arqueológica sistemática. Os resultados

de uma eventual intervenção nesse sítio lançarão, por certo, alguma luz sobre o universo da pesca no Algarve islâmico, e poderão beneficiar, além do mais, de uma comparação com os materiais recolhidos por A. Bazzana na ilha de Saltés, junto a Huelva.

VI. LINHAS ORIENTADORAS

De forma resumida, a Arqueologia no Algarve está neste momento marcada pela presença de várias estruturas que permitem o seu desenvolvimento. Claramente, as delegações regionais do IPA e do IPPAR têm sido os organismos mais importantes na protecção e valorização dos mais de mil sítios arqueológicos existentes no Algarve. Este trabalho tem sido, em geral, apoiado pela maioria das Câmaras Municipais. Deste modo, alguns dos sítios em perigo de destruição têm sido protegidos e, nalguns casos isolados, deu-se mesmo o desenvolvimento de projectos de valorização do sítio arqueológico através de pólos museológicos ou centros de interpretação, de forma a torná-lo socialmente útil e visitável pelo público.

Ao nível das infraestruturas, vê-se uma clara centralização dos recursos, quer humanos, quer materiais, no centro do Distrito, com uma concentração nos municípios de Silves, Loulé e Faro. Estas estruturas são compostas por museus regionais de Arqueologia e pela presença de técnicos a vários níveis de carreira e com várias especialidades, sendo estas a arqueologia, a conservação e restauro e a museologia.

O número de pólos museológicos ou centros interpretativos parece ser reduzido, atendendo à importância dos vestígios arqueológicos no Algarve de todas as épocas históricas. Os laboratórios de restauro, ainda que claramente centralizados nos concelhos acima apontados, parecem ser suficientes para o trabalho que se executa no Algarve, mas parece evidente que haveria uma optimização destes recursos, quer dos humanos quer dos materiais, se fosse criada uma rede entre os quatro laboratórios existentes.

O número de técnicos envolvidos, ainda que relativamente alto, não é de modo nenhum suficiente, uma vez que, de facto, técnicos superiores de arqueologia são relativamente poucos, mesmo contando com a presença dos dois técnicos da Extensão Territorial do IPA. Como é evidente, seria fundamental que todos os municípios tivessem pelo menos um arqueólogo, principalmente no caso do Algarve onde o impacto das obras públicas e privadas cresce todos os dias de forma geométrica, destruindo património importantíssimo, que de outra forma podia e deveria ser estudado e, nalguns casos, preservado e valorizado.

No que diz respeito a intervenções arqueológicas, estas têm sido feitas em três domínios diferentes: a investigação arqueológica com fins científicos, a valorização e estudo de sítios arqueológicos em destruição e, finalmente, trabalhos de emergência, na sua maioria incluídos em trabalhos de minimização.

No primeiro caso, o investimento feito pelos organismos centrais que têm essa responsabilidade, isto é, o Ministério da Ciência e da Tecnologia, através do financiamento plurianual da FCT, e o Ministério da Cultura, através do financiamento do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos do IPA, tem sido manifestamente insuficiente para os trabalhos em curso. É também necessário dizer-se que esta falta de financiamento por esses organismos não é necessária ou exclusivamente da sua responsabilidade, uma vez que o número de projectos solicitando financiamento a essas entidades têm sido muito reduzido. Paralelamente ao IPA e à FCT, o IPPAR, a CCR do Algarve e algumas câmaras municipais têm colaborado no financiamento, parcial ou total, de alguns projectos de investigação, principalmente no que concerne projectos de Carta Arqueológica. Este tipo de actividade arqueológica tem resultado na publicação, durante a última década, das cartas arqueológicas de Vila do Bispo, Lagoa e, futuramente, na de S. Brás de Alportel e na da freguesia de Cachopo em Tavira.

Os outros projectos científicos têm abordado temáticas várias, mas são na sua maioria de carácter local ou restringidos apenas a um sítio arqueológico, havendo apenas um projecto cujos objectivos são ao nível regional e, portanto, incluindo uma perspectiva englobante e multidisciplinar com aspectos da evolução geológica, geomorfológica, botânica e zoológica regionais.

Do resultado destes projectos, foram levadas a cabo escavações em cerca de uma meia centena de sítios, principalmente sondagens em sítios paleolíticos e mesolíticos e escavações em sítios romanos e islâmico-medievais. Parece nítido uma lacuna nas áreas da Pré-história recente e Proto-história, ou seja do Neolítico à Idade do Ferro.

A protecção e valorização de sítios arqueológicos têm sido executada pela Delegação regional do IPPAR, com o apoio ocasional de outras instituições. Neste sentido, o IPPAR têm tido uma política de protecção e valorização de alguns sítios arqueológicos de tipo monumental, que passa pelo estudo científico continuado dos

sítios em questão, bem com da sua envolvente ambiental, no que diz respeito a aspectos culturais e físicos.

Os trabalhos de minimização de impactos patrimoniais têm sido realizados, na sua maioria, por equipas exteriores ao Algarve, coordenadas por arqueólogos particulares trabalhando em regime de prestação de serviço, ou inseridos em empresas da especialidade. Neste âmbito, o número de trabalhos de sondagem e escavações levados a cabo no Algarve ascende acima de vinte intervenções, na sua maioria em zonas urbanas, todas elas sob a coordenação da equipa da Extensão Territorial do IPA.

Com este contexto, parece-nos que o futuro da Arqueologia do Algarve deve passar por um conjunto de medidas de fundo, de forma a proteger e salvaguardar o património arqueológico existente, bem como a implementar acções coordenadas de investigação, que devem incluir necessariamente trabalhos de Carta Arqueológica. Assim, este trabalho deverá conter linhas de acção que coordenem todos os recursos existentes no Algarve, de forma optimizá-los e a evitar que se dupliquem esforços e que se preencham lacunas existentes.

Assim a acção desta política global deve ter linhas de trabalho dedicadas a:

1. Proteger e estudar o património existente com base nas autarquias;
2. Desenvolver e financiar novos projectos de investigação independentes dos trabalhos ordinários de estudo e protecção de sítios arqueológicos já conhecidos;
3. Implementar uma política de financiamento para publicações;
4. Criar centros interpretativos nos sítios arqueológicos de mais interesse;
5. Implementar um serviço de centralização da informação arqueológica que deve ser disponibilizada ao público através da internet.

No sentido de coordenar todo este processo, parece-nos que a criação de um Centro Regional de Arqueologia do Algarve seria a forma ideal de organizar o processo e de delinear estratégias para o futuro da Arqueologia no Algarve. Na sequência desta ideia, propõe-se aqui um esboço dessa estrutura.

Deve-se também enfatizar aqui o facto de existir uma longa lista de sítios arqueológicos tidos como prioritários pelas Câmaras Municipais, paralelamente aos sítios considerados como mais importantes no Algarve pela equipa signatária deste relatório. Como é evidente, a combinação das duas listas, que por vezes coincidem, deve ser o núcleo do desenvolvimento e respectivo financiamento, e também o foco do trabalho ordinário das equipas locais das autarquias. Deve ser deste núcleo que os futuros centros de interpretação devem sair, de forma a mostrar ao público o património arqueológico do Algarve.

ANEXOS

PROPOSTAS DA EQUIPA TÉCNICA

- I. CENTRO REGIONAL DE ARQUEOLOGIA DO ALGARVE
- II. PROJECTOS CIENTÍFICOS E DE VALORIZAÇÃO EM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO ALGARVE

ANEXO 1 - INFRAESTRUTURAS AO SERVIÇO DA ARQUEOLOGIA NO ALGARVE

ANEXO 2 - LISTAGEM DOS TÉCNICOS DE ARQUEOLOGIA, CONSERVAÇÃO E RESTAURO, E MUSEOLOGIA ARQUEOLÓGICA

ANEXO 3 - LISTAGEM DE ESCAVAÇÕES E SONDAGENS POR CONCELHO

ANEXO 4 - LISTAGEM DE TRABALHOS DE EMERGÊNCIA

ANEXO 5 - IDENTIFICAÇÃO DOS TRABALHOS DE CARTA ARQUEOLÓGICA

ANEXO 6 - IDENTIFICAÇÃO DOS PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO

ANEXO 7 - DISTRIBUIÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS POR CONCELHO

ANEXO 8 - DISTRIBUIÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS POR ÉPOCA HISTÓRICA E CONCELHO

ANEXO 9 - SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS CONSIDERADOS PRIORITÁRIOS PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS

ANEXO 10- SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS CONSIDERADOS PRIORITÁRIOS PELOS SIGNATÁRIOS DO RELATÓRIO

PROPOSTAS DA EQUIPA TÉCNICA

I. CENTRO REGIONAL DE ARQUEOLOGIA DO ALGARVE

A ideia de um Centro de Arqueologia que coordene toda a actividade arqueológica no Algarve ganha sentido a partir do momento em que existe um número de infraestruturas, nomeadamente museus, núcleos museológicos e laboratórios de restauro e conservação de materiais, que trabalham individualmente, por vezes duplicando actividades e esforços e, logo, desperdiçando recursos. Este facto torna-se mais relevante numa área como o Algarve, que apesar de não ser das menos desenvolvidas do país, está, sem dúvida, muito aquém do que seria desejável para uma região cujo património arqueológico é dos mais importantes do país. Deste modo, apresenta-se agora o esboço do “Centro Regional de Arqueologia do Algarve”.

Neste momento o Algarve tem como infraestruturas, para além do IPA e da Universidade do Algarve, 5 museus, 4 núcleos museológicos, 4 centros interpretativos de sítios arqueológicos e 4 laboratórios de conservação e restauro. No total destas instituições existem 43 técnicos de arqueologia, de conservação e restauro e ainda de museologia relacionada com a arqueologia. Para além deste grupo de organismos e pessoas, o Algarve recebe ainda investigadores de outras universidades, nomeadamente Lisboa e Coimbra. Além destes, existem arqueólogos a trabalhar em nome individual e empresas da especialidade a fazer serviços e minimização de impactos patrimoniais em empreendimentos públicos ou privados.

Todas as actividades destas instituições, infraestruturas e pessoal são feitas sem qualquer coordenação, sendo que muito trabalho fica sem ser executado, e outro é, por vezes, duplicado.

Deste modo, a presença de um núcleo coordenador de todas as actividades a decorrer no Algarve preencheria as lacunas existentes e evitaria alguns dos erros que actualmente ocorrem.

Este centro, do ponto de vista ideal, seria constituído por uma direcção, um conselho consultivo e por três secções (minimização de impactos; valorização de sítios; e investigação), com objectivos diferentes mas, frequentemente trabalhando nos mesmos projectos (ver organigrama).

A direcção seria constituída por um técnico superior de Arqueologia que exerceria as funções de director do centro e por um secretário administrativo. A Secção de Minimização de Impactos (SMI) teria como função principal responder às solicitações dos estudos de impacto patrimonial e subseqüentes trabalhos de minimização resultante desses empreendimentos. Esta secção, devido à sua natureza, seria um dos alicerces principais para gerar receitas, uma vez que estes contratos são, em geral, bem pagos pelas empresas. Também aqui haveria um técnico superior de Arqueologia a dirigir estes serviços. Os técnicos de arqueologia das autarquias seriam coordenados por este responsável, que trabalharia em conjunto com o responsável da Secção de Valorização de Sítios, de forma a que os técnicos das autarquias pudessem contribuir, para além dos trabalhos de minimização e de estudos de impacto, também para a valorização e conservação dos sítios arqueológicos no seu concelho ou noutros.

A Secção de Valorização de Sítios Arqueológicos (SVSA), teria como função principal proteger, conservar e valorizar esses sítios tidos como importantes na região, de forma a que se pudessem construir centros de interpretação ou núcleos museológicos a que o público pudera ter acesso. De novo, o resultado do trabalho desta secção constituiria um outro processo de gerar receitas através do pagamento de entradas, que auxiliaria na conservação e manutenção de cada um destes centros. Como é evidente, esta secção seria dirigida por um Arquitecto especializado em Património. Esta secção teria sob a sua responsabilidade a coordenação dos laboratórios de conservação e restauro e dos vários centros de interpretação locais.

A terceira secção seria de Investigação Arqueológica (SIA), coordenada por um dos professores da Universidade do Algarve, e estaria sediada nessa instituição. Esta secção teria dois pólos diferentes. O primeiro seria o núcleo dos laboratórios de análises. Este teria como objectivo analisar os materiais e amostras (como por exemplo fauna, material lítico, cerâmicas ou amostras geológicas) provenientes de todas as actividades de escavação, sondagem e prospecção ocorridas no Algarve, quer de investigação, quer dos trabalhos de minimização feitos pela respectiva secção.

O segundo núcleo teria como responsabilidade o tratamento informático de toda a informação resultante de todos os trabalhos acima referidos, bem como dos dados provenientes da Carta Arqueológica, e da sua acessibilidade pelo público através da internet, com a abertura de um portal electrónico. Esta secção teria necessidade de um técnico superior de informática.

O Conselho Consultivo funcionaria com todos os elementos do IPA, um elemento do IPPAR, um elemento da CCR e todos os docentes de arqueologia do Departamento de História e Arqueologia da Universidade do Algarve.

Como é evidente, um centro deste tipo teria que ter um investimento razoável para arrancar, para que se pudessem criar as várias infraestruturas, que no caso do pessoal passaria pela contratação de mais técnicos superiores de arqueologia e de outras especialidades (arquitetura e informática) para todas as autarquias, bem como para a direcção do centro e das secções. O director do centro deveria ser no início, de preferência, exterior à universidade. No futuro este director poderia vir a ser escolhido por eleição de entre todos os técnicos superiores e docentes de arqueologia a trabalhar no centro.

As infraestruturas materiais estariam essencialmente relacionadas com a Universidade através da criação de um laboratório de arqueologia e de um laboratório de informática, bem como, com a aquisição de equipamento moderno de GIS, escavação e topografia próprios para as actividades do centro. A Direcção do Centro poderia ficar sediada em qualquer uma das instituições cooperantes (CCR, UALG ou uma CM) ou em edifício próprio em qualquer área do Algarve, de preferência em local com acesso fácil à Via do Infante.

Este centro só poderá funcionar a longo prazo desde que possa gerar receitas que lhe permitam continuar com as suas actividades. Deste modo, duas das secções, a SMI e a SVSA, constituiriam o núcleo forte de geração de receitas, através de serviços no primeiro caso, e de bilhetes de entrada e outras actividades no centros interpretativos, no segundo.

As actividades do Centro aqui expostas centrar-se-iam essencialmente no trabalho arqueológico corrente, ficando a investigação científica essencialmente fora do âmbito deste centro, com a excepção de possíveis financiamentos. Como é evidente, o Centro deveria também dar parecer sobre as acções dos projectos científicos no

Algarve, pelo que teria como obrigação desenvolver um programa de orientação deste tipo de trabalhos. O início deste programa apresenta-se abaixo com a proposta de estudo, conservação e valorização de alguns sítios arqueológicos já conhecidos e de grande importância para a região.

Finalmente uma nota sobre o futuro deste centro, na sequência, aliás, do ponto anterior. Após o primeiro quinquénio, que seria essencialmente financiado pela CCR do Algarve, seria possível alterar o estatuto jurídico do Centro e torná-lo autónomo de forma a que financeiramente este fosse independente, sobrevivendo apenas com as suas próprias receitas, concorrendo a subsídios e a projectos no âmbito dos vários ministérios, como, por exemplo, o da Ciência ou da Cultura.

CENTRO DE ARQUEOLOGIA REGIONAL DO ALGARVE

Direcção do Centro

Director
Secretário administrativo

Conselho Consultivo

1 elemento da CCR
1 elemento do IPPAR
2 elementos do IPA
6 docentes da UALG

Secção de Minimização de Impactos

Pessoal:
Coordenador (Técnico Sup. De Arqueologia)
Todos os Técnicos Sup. de Arqueologia das
Câmaras Municipais

**Secção de Valorização de Sítios
Arqueológicos**

Coordenador (Arquitecto)
Colaboração pelos técnicos das CM.

Secção de Investigação Arqueológica

Coordenador (docente da UALG)

Centros de Interpretação

Laboratório de
análises
arqueológicas

Laboratório de
Informática
(bases de dados)

1 Téc. Sup. Inf.

II. PROJECTOS CIENTÍFICOS E DE VALORIZAÇÃO EM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO ALGARVE

A proposta agora apresentada de projectos de investigação e valorização de sítios arqueológicos obedece a vários conceitos principais:

- a) que o projecto não se limita apenas a um sítio arqueológico, mas a um grupo de sítios que formam um complexo com identidade cultural e ou geográfica;
- b) que este complexo pode e deve ser estudado cientificamente devido a lacunas no conhecimento e à sua importância no contexto nacional e regional;
- c) que estes complexos arqueológicos podem constituir um núcleo museológico, que deve dar lugar a um centro interpretativo local, com acessos de qualidade e, portanto, com impacto ao nível do público local e do turismo;
- d) que estes complexos arqueológicos estejam integrados num espaço de interesse ambiental, de forma a que se possa desenvolver a interligação entre património arqueológico e ambiental, e que esta interligação faça parte e esteja representada no centro interpretativo local;
- e) que cada um destes centros possa suscitar o interesse de vários parceiros, de forma a juntar recursos e a tornar todo o seu desenvolvimento mais fácil;

Além deste conjunto de ideias, parece-nos que esta proposta deve também ter em atenção a realidade institucional do Algarve. Assim, estes complexos devem estar estrategicamente localizados de forma a que todos os habitantes da região possam retirar algum usufruto cultural e, possivelmente, económico. Assim, propõem-se três complexos:

- 1) **Complexo patrimonial da Boca do Rio.** Este complexo integraria a vila romana localizada junto à praia, o edifício histórico que se encontra junto às ruínas romanas, a fortaleza localizada a este da Ribeira de Budens (que serviria como centro interpretativo do conjunto), o sítio paleolítico de Vale Boi (junto da povoação do mesmo nome) e o L'Ocean, galeão do sec. XVIII que se encontra afundado em frente da Praia da Salema. Todo este

conjunto seria contextualizado pelas características locais do ambiente e paleoambiente locais. Como possíveis parceiros, teríamos a CCR, a UALG, o IPPAR, o CNANS (Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática), a CM de Vila do Bispo e o Parque Natural da Costa Vicentina.

- 2) **Complexo patrimonial da Rocha da Pena.** Este complexo seria constituído pelas muralhas (cronologia ainda indeterminada) existentes no topo da Rocha, bem como pelos vestígios de origem pré- e proto-histórica e possivelmente medieval do Algar. Do ponto de vista ecológico, a Rocha da Pena tem todo um património botânico endémico e zoológico de que se deve destacar uma das mais importantes colónias de morcegos do país e várias espécies de aves e pequenos carnívoros regionais. O centro de interpretação ficaria situado no sítio da Rocha, sendo os possíveis parceiros a CCR, a UALG, a CM de Loulé e o ICN.
- 3) **Complexo patrimonial de Cacela.** Este complexo é constituído por uma série de elementos recentemente detectados na zona circundante a Cacela-á-Velha, que incluem vestígios arqueológicos da Época Romana à Idade Média, passando pela ocupação Islâmica do local. Também poderão fazer parte deste complexo a barragem, possivelmente visigótica ou islâmica de S. Rita, bem como o “Santuário” coberto do mesmo local. Como é evidente, a ligação ao meio ambiente da Ria Formosa, seria importantíssimo na contextualização deste complexo exposto no seu centro de interpretação. Este deveria ficar localizado na vila de Cacela. Os parceiros seriam eventualmente a CCR, o Parque Natural da Ria Formosa e a CM de Vila Real que, através da Dra Cristina Garcia, já tem um projecto arqueológico na área envolvente. Neste caso, acresce dizer que a própria estrutura urbana seria também um dos motivos de estudo e valorização deste complexo.

ANEXO 1

INFRAESTRUTURAS AO SERVIÇO DA ARQUEOLOGIA NO ALGARVE

Listagem de Museus de Arqueologia do Algarve

Designação	Concelho
Museu Municipal de Arqueologia	Silves
Museu da Cortiça	Silves
Museu Municipal de Arqueologia	Albufeira
Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique	Faro
Museu Municipal de Arqueologia de Loulé	Loulé

Núcleos Museológicos e Centros Interpretativos no Algarve

Designação	Concelho
Estação Arqueológica de Milreu	Faro
Museu Etnológico do Trajo Algarvio	S. Brás de Alportel
Museu Municipal de Aljezur – Núcleo de Arqueologia	Aljezur
Estação Arqueológica do Cerro da Vila	Loulé
Pólo Museológico dos Frutos Secos	Loulé
Museu Municipal Dr José Formosinho	Lagos
Núcleo Museológico de Arqueologia do Castelo de Alcoutim	Alcoutim
Estação Arqueológica de Alcalar, monumento 7	Portimão

Laboratórios de restauro e conservação no Algarve

Instituição	Concelho
Museu Municipal de Arqueologia de Loulé	Loulé
Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique	Faro
Museu Municipal de Arqueologia	Silves
Área Departamental de História e Arqueologia – Universidade do Algarve	Faro

ANEXO 2

LISTAGEM DOS TÉCNICOS DE ARQUEOLOGIA, CONSERVAÇÃO E RESTAURO, E MUSEOLOGIA ARQUEOLÓGICA

Técnicos de Arqueologia em Instituições Algarvias

Nome	Categoria	Instituição
Maria Maia	Técnica Superior Arq.	Campo Arqueológico de Tavira e Universidade do Algarve
Manuel Maia	Técnico Superior Arq.	Campo Arqueológico de Tavira
Alexandre Cesário	Assistente de Arqueólogo	
Joaquim Câmara Manoel	Assistente de Arqueólogo	
Ana Sofia Motta	Assistente de Arqueólogo	
Judite Nascimento	Assistente de Arqueólogo	
Maria José Gonçalves	Técnica Superior Arq.	
Luís Cabrita	Téc. Adjunta Museografia	
Maria Lúcia Cabrita	Téc. Aux. de Museografia	
Isabel Nunes	Téc. Aux. de Museografia	
Luísa Nascimento	Téc. Aux. de Museografia	
Dália Paulo	Técnica Superior Arq.	Museu Arqueológico e Lapidar – Faro
Nuno Beja	Técnico Superior Arq.	
1	Assistente de arqueólogo	
1	Tec. Prof. Restauro	
4	Aux. conservação restauro	
Maria Isabel Luzia	Técnica Superior Arq.	Museu Municipal de Arqueologia de Loulé
Maria João Catarino	Tec. Prof. Museografia	
Ricardina Inácio	Tec. Prof. Museografia	
Zélia ponte	Tec. Prof. Museografia	
Karina Drapeau	Tec. Prof. Museografia	
Maria Antonieta Canteiro	Tec. Prof. Museografia	
Paula Guerreiro	Tec. Prof. Museografia	
Regina Palminha	Tec. Prof. Museografia	
Alexandra Gradim	Técnica Superior Arq.	C.M. Alcoutim
Manuela da Palma	Tec. Sup. de conserv. Pat.	
Fernando Dias	Tec. Prof. Museografia Arq.	
Teresa Gamito	Professora Catedrática	Universidade do Algarve
Nuno Bicho	Professor Auxiliar	
João Pedro Bernardes	Assistente Universitário	
Maria João Valente	Assistente Universitário	
António Faustino Carvalho	Assistente Universitário	
Helder Coutinho	Assistente Universitário	
Maria Manuela A. Dias	Assist. Conv. Universitário	
Ângela Guerreiro	Assist. Conservação rest.	
Cristina Dores	Técnica Prof. restauro	
Leonor Rocha	Técnica Superior Arq.	IPA
Pedro Barros	Técnico Superior Arq.	
Cristina Garcia	Técnica Superior Arq.	C.M. Vila Real Stº António
Rui Parreira	Director de Serviços	IPPAR – Fortaleza de Sagres

ANEXO 3

**LISTAGEM DE ESCAVAÇÕES E SONDAJENS
POR CONCELHO**

Listagem das escavações e sondagens por Concelho

Arqueólogo	Sítio	Concelho	Trabalho	Cronologia
Nuno Bicho	Praia da Galé	Albufeira	Sondagens	Paleolítico Superior
Luciana de Jesus	Escarpão	Albufeira	Sondagens	Islâmico
Mário Varela Gomes	Pedra de Escorregar	Albufeira	Sondagens	Indeterminado
Isabel Inácio	Vale de Condes	Alcoutim	Escavação	Tardo romano/Medieval
Helena Catarino	Castelo Velho de Alcoutim	Alcoutim	Escavação	Islâmico
Helena Catarino	Forno da Lourinhã	Alcoutim	Escavação	Medieval
Helder Coutinho	Montinho das Laranjeiras	Alcoutim	Escavação	Romano
João Luís Cardoso	Anta do Cerro do Malhão	Alcoutim	Escavação	Neolítico
João Luís Cardoso	Menir do Lavajo	Alcoutim	Escavação	Neolítico
João Luís Cardoso	Anta do Lavajo	Alcoutim	Escavação	Neolítico
Carlos Tavares Silva	Castelo de Aljezur	Aljezur	Escavações	Medieval
Ana Arruda/Vera Freitas	Castelo de Castro Marim	Castro Marim	Escavação	Ferro/Romano
Ana Gonçalves	Cerro da Villa	Faro	Sondagens	Romano
Felix Teichner	Cerro da Vila	Faro	Escavação	Romano
Felix Teichner	Milreu	Faro	Escavação	Romano
ERA - Sofia Gomes	Milreu	Faro	Sondagens	Romano
Teresa Gamito	Horta da Misericórdia	Faro	Escavações	Medieval
Nuno Bicho	Gruta de Ibn Ammar	Lagoa	Escavação	Paleolítico
Nuno Bicho	Praia da Albandeira	Lagoa	Sondagens	Epipaleolítico
Júlio Manuel Pereira	Ameijeira	Lagos	Escavação	Neolítico
Helena Catarino	Castelo de Salir	Loulé	Escavação	Islâmico
Helena Catarino	Castelo de Paderne	Loulé	Escavação	Islâmico
Isabel Luzia	Travessa do Matim Farto, 10	Loulé	Escavação	Indeterminado
Mário Varela Gomes	Gruta da Quinta do Ribeiro	Loulé	Escavações	Indeterminado
Maria Mulize Ferreira	Ermida Stº António	Monchique	Escavações	Medieval
Elena Mórán	Alcalar 7	Portimão	Escavação	Calcolítico/Bronze
Rui Parreira	Povoado de Alcalar	Portimão	Escavação	Neo.Final/Calco./Bronze
Nuno Bicho	Rocha da Gralheira	S. Brás de Alportel	Sondagens	Paleolítico
Nuno Bicho	Rocha das Gaiotas	Sagres	Sondagens	Mesolítico
Nuno Bicho	Ribeira de Alcantarilha	Silves	Sondagens	Neolítico
Teresa Gamito	Catedral de Silves e anexos	Silves	Escavação	medieval

Arqueólogo	Sítio	Concelho	Trabalho	Cronologia
Teresa Gamito	Cisterna da Rua do Castelo	Silves	Escavação	medieval
Mário Varela Gomes	Tholos do Enxerim	Silves	Escavação	Calcolítico
Mário Varela Gomes	Poço dos Mouros	Silves	Limpeza e desenho	Medieval
Rosa Varela Gomes	R. do Castelo	Silves	Sondagem	Medieval
Rosa Varela Gomes	Castelo de Silves	Silves	Escavação	Islâmico
Maria Maia	Convento da Graça	Tavira	Escavação	Ferro- Islâmico
Maria Maia	Solar dos Cortes Reais	Tavira	Escavação	Ferro- Islâmico
Maria Maia	Palácio da Galeria	Tavira	Escavação	Ferro- Islâmico
Maria Maia	Zona envolvente do Palácio da Galeria	Tavira	Escavação	Fenício e Islâmico
Maria Maia	Colina de Santa Maria - Solar dos Corte-Reais	Tavira	Escavação	Fenício e Islâmico
Nuno Bicho	Vale Santo 1	Vila do Bispo	Sondagens	Neolítico
Nuno Bicho	Vale Santo 2	Vila do Bispo	Sondagens	Epipaleolítico
Nuno Bicho	Vale Santo 4	Vila do Bispo	Sondagens	Magdalenense
Nuno Bicho	Vale Boi	Vila do Bispo	Sondagens	Paleolítico Superior
Nuno Bicho	Catalão	Vila do Bispo	Sondagens	Neolítico
Nuno Bicho	Barranco das Quebradas 1	Vila do Bispo	Sondagens	Mesolítico/neolítico
Nuno Bicho	Barranco das Quebradas 2	Vila do Bispo	Sondagens	Epipaleolítico
Nuno Bicho	Praia do Zavial	Vila do Bispo	Sondagens	Mesolítico
Cristina Tété Garcia	Poço Velho - Cacela Velha	Vila Real St António	Escavação	Medieval
Cristina Tété Garcia	Cacela Velha	Vila Real St António	Escavação	Medieval

ANEXO 4

LISTAGEM DE TRABALHOS DE EMERGÊNCIA

Listagem dos trabalhos de emergência

Arqueólogo/Equipa	Sítio	Tipo obra	Tipo trabalho	Cronologia
Ana Arruda	Quinta do Lago Loulé	Urbanização	Escavação emergência	Romano
Andreia Santos	Rua Vasco da Gama - Alvor	Moradia	Acompanhamento	Indeterminado
Andreia Santos	Rua Francisco Gomes Pablos, nº 13- 15 - Silves	Prédio	Escavação emergência	Moderno
Andreia Santos	Rua José Falcão - Silves	Prédio	Escavação emergência	Indeterminado
Andreia Santos	A2 - lote G	Auto-Estrada	Acompanhamento	
Carla Campo	Quinta do Lago Loulé	Campo de golfe	Acompanhamento	Romano
Célia Aniceto	A2 - lote M	Auto-Estrada	Acompanhamento	
Célia Aniceto/ Ana Isabel Morgado	A2 - lote L	Auto-Estrada	Acompanhamento	
Célia Aniceto/ Mafalda Mendonça/	A2 - lote I	Auto-Estrada	Acompanhamento	
Célia Aniceto/ Mafalda Mendonça/	A2 - lote J	Auto-Estrada	Acompanhamento	
Célia Aniceto/ Robertha Thompson	A2 - lote H	Auto-Estrada	Acompanhamento	
Célia Aniceto/ Sofia Medeira	A2 - S.Bartolomeu- VLA	Auto-Estrada	Acompanhamento	
Célia Aniceto/Maria Sofia Coelho	A2 - S. Bartolomeu de Messines/VLA	Auto-Estrada	Acompanhamento	
Dália Paulo	EENN 125 e 125 -10 - Faro	Estrada	Acompanhamento	
Dália Paulo/ Nuno Beja	Museu de Faro	Construção civil	Sondagens	Indeterminado
David Calado	VIS/Olhão	Estrada	Prospecção/Acom- panhamento	
ERA - Alexandra Santos	Portela 3	Auto-Estrada	Escavação emergência	Medieval
ERA - Pedro Aldana	Portela 6	Auto-Estrada	Sondagens	Pré-história
ERA - Pedro Aldana	Portela 7	Auto-Estrada	Sondagens	Pré-história
GEOARQUE - Luciana de Jesus	Ligação S. Brás/Faro	Estrada	Prospecção	
GEOARQUE Luciana Jesus	IC4 - sítio da Vala (Alcantarilha)	Estrada	Sondagens	Neolítico
Isabel Luzia	R. Vice-Almirante Cândido dos Reis	Remodelação de imóvel	Escavação	Medieval
Isabel Luzia	Quinta da Boavista	Urbanização	Escavação	Islâmico
João Caninas	Doca de Recreio de Faro	Doca de Recreio	Acompanhamento	Indeterminado

Arqueólogo/Equipa	Sítio	Tipo obra	Tipo trabalho	Cronologia
João Luís Cardoso	Quinta do Laranjo - Alcoutim	Campo de golfe	Sondagens	Romano
João Luís Cardoso	Vale do Lavajo	Estrada	Escavação	Megalitismo
José António Rodrigues	IC4 - ligação a Lagos e Alvor	Estrada	Prospecção	
Júlio Manuel Pereira	Ameijeira - Lagos	Urbanização	Sondagens	Neolítico
Leonor Rocha/Pedro Barros	Praia do Forte Novo - Loulé	Erosão marinha	Escavação emergência	Neolítico
Leonor Rocha/Pedro Barros	Rua de acesso ao Castelo - Silves	Estrada	Sondagem	Indeterminado
Leonor Rocha/Pedro Barros /Andreia Santos/ M ^a José Gonçalves	Perna Seca - Silves	Destruição involuntária	Escavação emergência	Romano
Luis Barros	Alcaria (silos)	erosão	Escavação	Islâmico
Manuel Maia	BNU-Tavira	Remodelação do imóvel	Escavação	Medieval
Manuel Maia	Netos-Tavira	Remodelação do imóvel	Escavação	Medieval
Maria Isabel Luzia	Quinta da Boa Vista - Loulé	Urbanização	Escavação emergência	Medieval
Maria Pilar Reis	IC4 - Variante Aljezur	Estrada	Acompanhamento	
Mário Varela Gomes	Rua Henrique Calado - Albufeira	Prédio	Escavação emergência	Medieval
Nelson Almeida	Altos da Raposeira Vila Bispo	Urbanização	Acompanhamento e prospecção	Indeterminado
Nova Arqueologia	A2 - lote N	Auto-Estrada	Acompanhamento	
Pedro Barbosa	Praça da República - Portimão	Parque Subterrâneo	Escavação emergência	Indeterminado
Rosa Varela Gomes	Hospital Velho de Silves - Silves	Remodelação	Escavação emergência	Medieval
Rui Cortes	Marina Albufeira	Marina	Acompanhamento	Indeterminado
Sílvia Renata Roberto	EN270 (nó de Tavira da VIS e Tavira)	Estrada	Acompanhamento	
Susana Estrela	Monte Molião Lagos	Moradia	Escavação emergência	Romano
Teresa Ricou	Marina Albufeira	Marina	Escavação emergência	Romano/Medieval
Teresa Ricou	A2 - lote K	Auto-Estrada	Acompanhamento	
Valdemar Canhão/ Nelson Almeida	IC4	Estrada	Sondagens	Neolítico

ANEXO 5

**IDENTIFICAÇÃO DOS TRABALHOS
DE CARTA ARQUEOLÓGICA**

Identificação dos trabalhos de Carta Arqueológica nos Concelhos do Algarve

Arqueólogo / Equipa	Concelho	Tipo Trabalho
Isabel Inácio	Serra Algarvia	Prospecção
Helena Catarino	Alcoutim	Prospecção
Elena Mórán	Área de Alcalar	Prospecção
Maria Maia	Freguesia de Cachopo (Tavira)	Prospecção
Cristina Tété Garcia	CACELA - Vila Real de St António	Carta do Património – prospecção
Susana Estrela/ Pedro Barros	S. Brás de Alportel	Prospecção
Nuno Bicho	Algarve	Prospecção
Ivone Canavilhas	ALCALAR - Portimão	Prospecção
Alexandra Gradim	Alcoutim	Prospecção
Leonor Rocha/ Pedro Barros - IPA	Vários	Relocalizações/Prospecções

ANEXO 6

IDENTIFICAÇÃO DOS PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO

Identificação dos Projectos de Investigação no Algarve

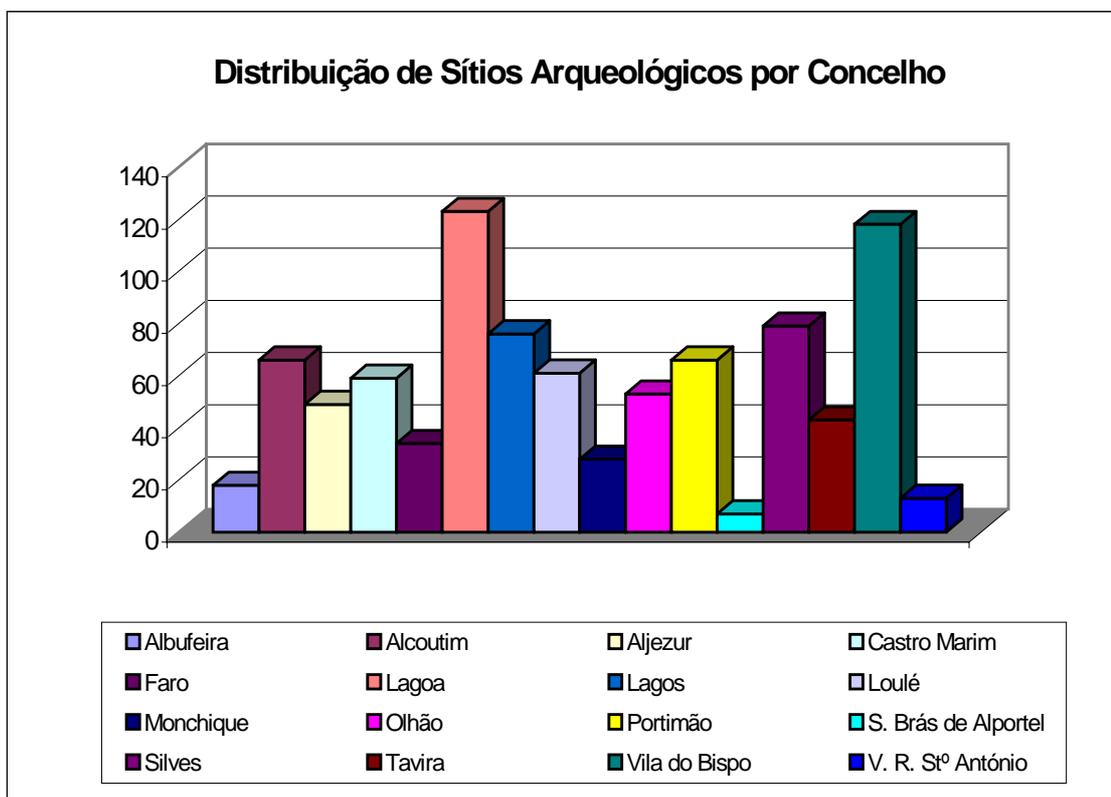
Arqueólogo / Equipa	Concelho	Tipo Trabalho
Elena Mórán	Alcalar	Prospecção
Isabel Inácio	Alcoutim	Prospecção e Escavação
Helena Catarino	Alcoutim	Prospecção e Escavação
Herder Coutinho	Alcoutim	Escavação
Cristina Tété Garcia	CACELA - Vila Real de St António	Prospecção e Escavação
Teresa Gamito	Faro	Escavação
Felix Teichner	Milreu	Escavação
Susana Estrela/ Pedro Barros	S. Brás de Alportel	Prospecção
Rosa Varela Gomes	Silves	Escavação
Teresa Gamito	Silves	Escavação
Maria Maia	Tavira	Escavação
Nuno Bicho	Algarve	Prospecção e Escavação

ANEXO 7

**DISTRIBUIÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS
POR CONCELHO**

Distribuição de Sítios Arqueológicos por Concelho

Concelhos	Número de Sítios	%
Albufeira	18	2.0
Alcoutim	66	7.4
Aljezur	49	5.5
Castro Marim	59	6.6
Faro	34	3.8
Lagoa	123	13.8
Lagos	76	8.5
Loulé	61	6.8
Monchique	28	3.1
Olhão	53	5.9
Portimão	66	7.4
S. Brás de Alportel	7	0.8
Silves	79	8.8
Tavira	43	4.8
Vila do Bispo	118	13.2
V. R. Stº António	13	1.5



ANEXO 8

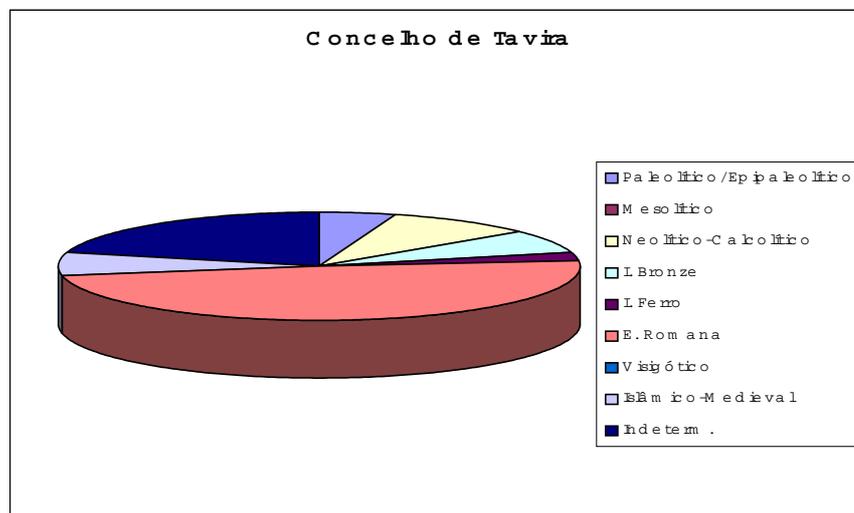
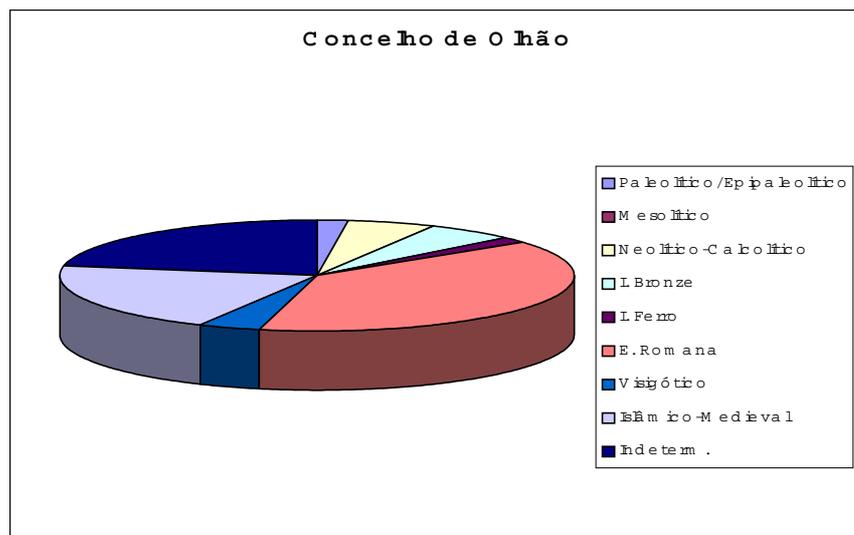
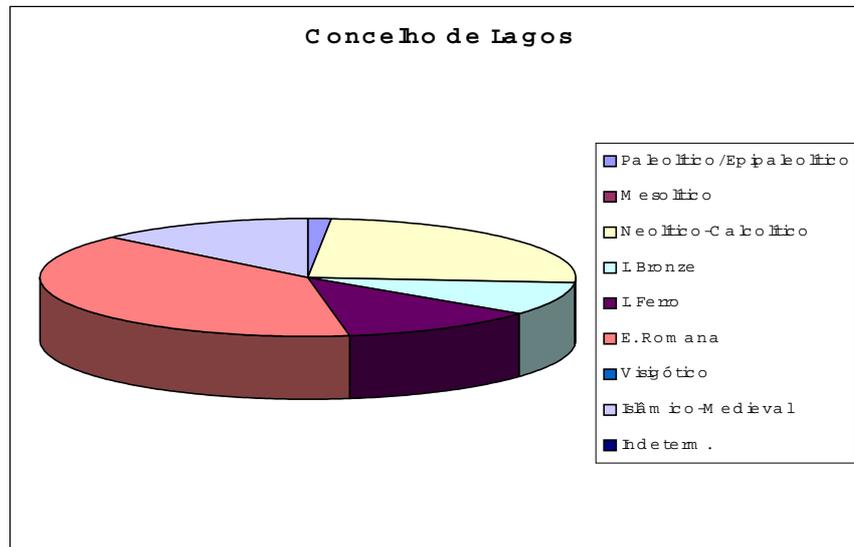
DISTRIBUIÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS POR ÉPOCA HISTÓRICA E CONCELHO

Distribuição de sítios arqueológicos por Concelho e Época Histórica*
(com base nas Cartas Arqueológicas do Algarve e Concelhos de Vila do Bispo e de Lagoa –1987 a 1995)

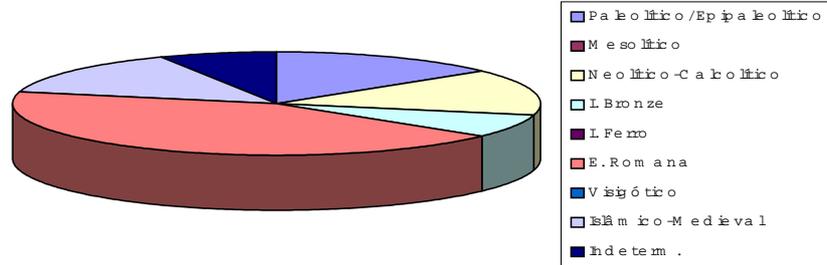
Concelhos	Paleolítico/ Epipaleolítico	Mesolítico	Neolítico- Calcolítico	Idade Bronze	Idade Ferro	E. Romana	Visigótico	Islâmico- Medieval	Indeterm.	TOTAL
Lagos	1		19	7	9	30		10		76
Lagoa	25		28	9	3	12		27	19	123
Vila do Bispo	18	1	36	5	5	30		12	11	118
Faro	4		2	3		24	1	3	3	40
Olhão	1		3	3	1	21	2	11	12	54
Tavira	2		4	3	1	21		3	9	43
V.R.S. António	2		2	1		6		2	1	14
Castro Marim	3		11	4	1	14		13	16	62
Alcoutim			9	3	2	12	1	30	9	66
Portimão			13	11	1	28	1	11	1	66
Silves	4		15	10	4	24	1	19	2	79
Albufeira	1			3		7		6	1	18
Loulé	6		10	4	6	27		8	2	63
S. Brás de Alportel						6			1	7
Aljezur	4	4	10	9	4	8		19		58
Monchique			12	13	3	12		3		43
TOTAL	71	5	174	88	40	282	6	177	87	930

Nos casos em que um sítio arqueológico tem ocupações de várias épocas históricas, estas foram contabilizadas em separado.

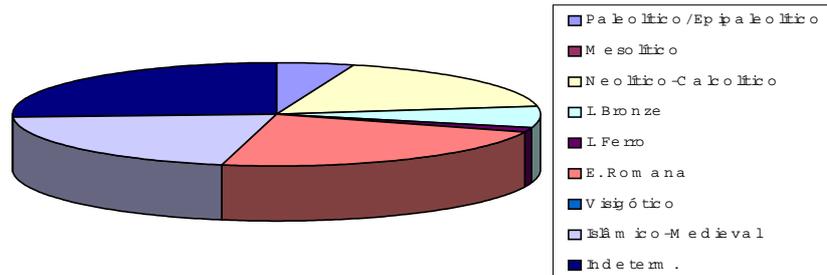
Distribuição Cronológica dos Sítios Arqueológicos



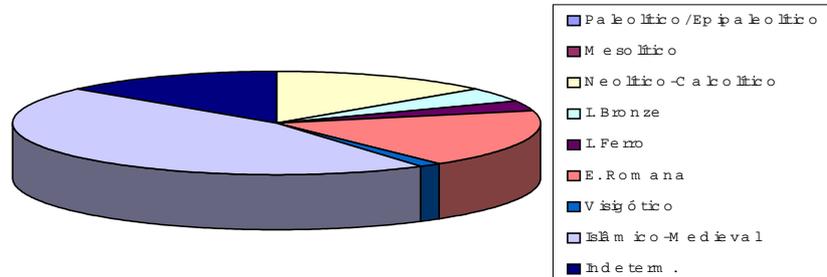
Concelho de V. R. Stº António



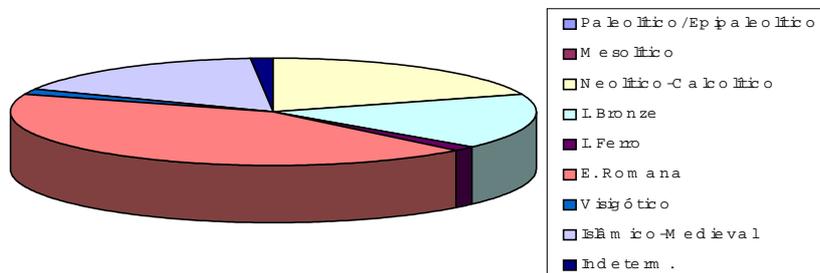
Concelho de Castro Marim



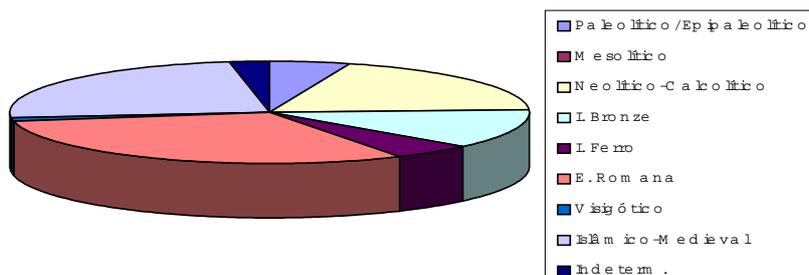
Concelho de Alcoutim



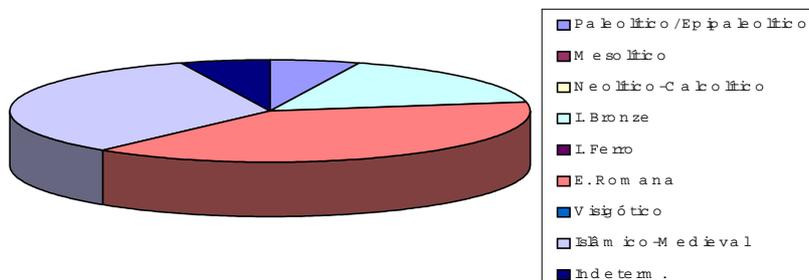
Concelho de Portimão



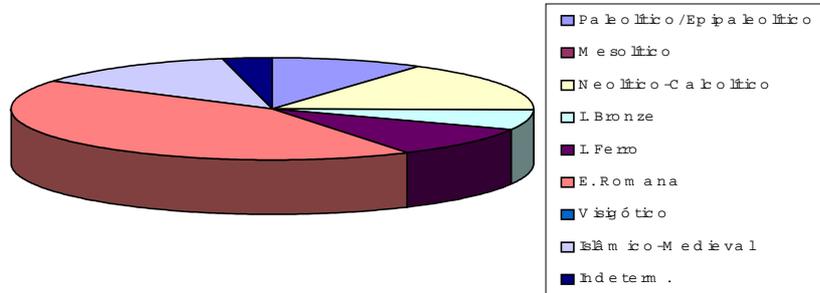
Concelho de Silves



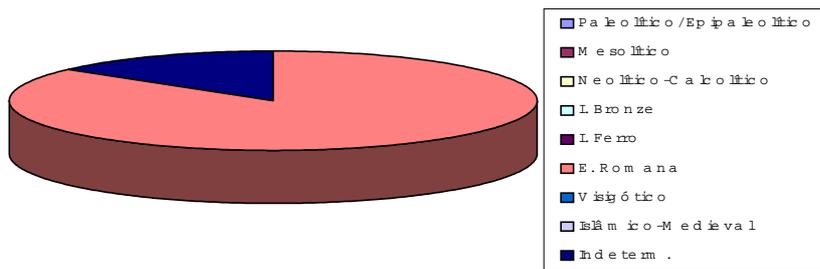
Concelho de Albufeira



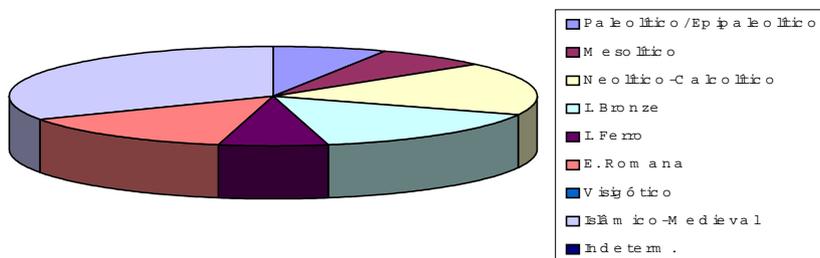
Concelho de Loulé



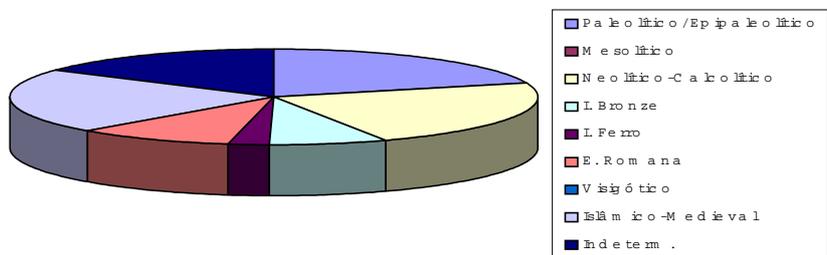
Concelho de S. Brás de Alportel



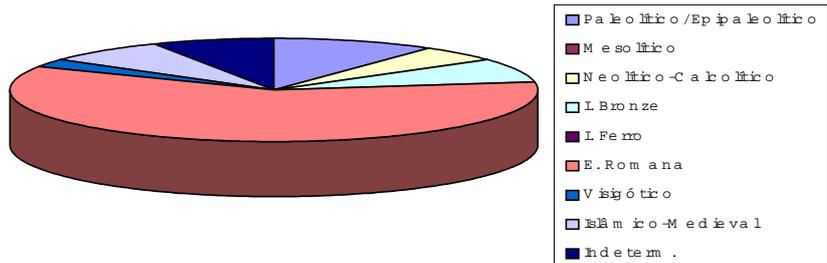
Concelho de Aljezur



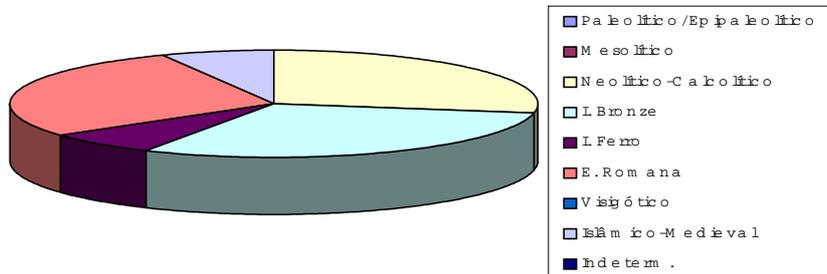
Concelho de Lagoa



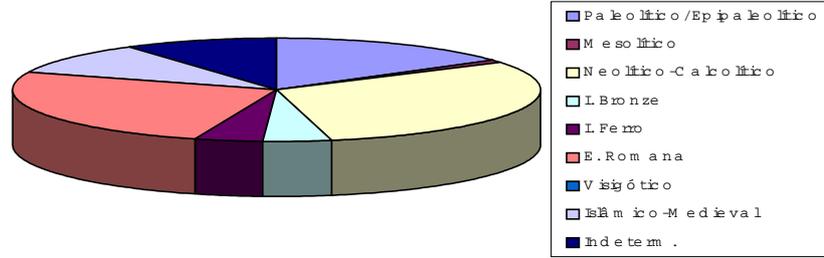
Concelho de Faro



Concelho de Monchique



Concelho de Vila do Bispo



ANEXO 9

**SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS CONSIDERADOS PRIORITÁRIOS
PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS**

Listagem dos Sítios Arqueológicos considerados como prioritários pelas Câmaras Municipais

Sítio	Câmara Municipal
Cidade Romana de Balsa Centro Histórico de Tavira	CM Tavira
Alcaçova de Silves	CM Silves
Monte dos Amantes (megalitismo) Forte da Baleeira Ruínas Romanas da Boca do Rio Ruínas Romanas do Martinhal	CM Vila do Bispo
Castelo de Paderne	CM Albufeira
Muralhas de Faro Largo da Sé Pontes de Marchil	CM Faro
Corte Calçadinha de S. Brás	CM S. Brás de Alportel
Castelo de Aljezur Ponta do Castelo (Bordeira) Ponta da Atalaia (Aljezur) Necrópole de Corte Cabreira	CM Aljezur
Centro Histórico de Loulé Castelo de Salir Cerro da Vila Anta do Beringel (Corte d'Ouro) Anta da Pedra do Alagar (Corte d'Ouro) Praia do Forte Novo	CM Loulé
Tholos da Eira dos Palheiros (Martinlongo) Anta da Castelhana (Martinlongo) Cista do Malhão (Martinlongo) Conjunto Megalítico do Lavajo (Alcoutim) Barragem Romana do Álamo Villa Romana de Montinho das Laranjeiras Castelo Velho de Alcoutim	CM Alcoutim
Balneário Romano (Luz) Barragem Romana da Fonte Coberta Monte Molião	CM Lagos

ANEXO 10

**SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS CONSIDERADOS PRIORITÁRIOS
PELOS SIGNATÁRIOS DO RELATÓRIO**

Listagem dos Sítios Arqueológicos considerados como prioritários

Sítio	Cronologia	Concelho
Grutas de Ibn Amar	Paleolítico Médio Idade do Bronze	Lagoa
Lagos de Vila do Bispo	Paleolítico Médio Paleolítico Superior	Vila do Bispo
Vale Boi	Paleolítico Superior Epipaleolítico	Vila do Bispo
Barranco das Quebradas	Epipaleolítico	Vila do Bispo
Monte do Cerro	Mesolítico	Tavira
Rocha das Gaivotas	Mesolítico	Vila do Bispo
Padrão	Neolítico	Vila do Bispo
Anta do Curral Castelhana	Neolítico	Alcoutim
Tholos da Eira dos Palheiros	Calcolítico	Alcoutim
Cerro do Castelo de Santa Justa	Calcolítico	Alcoutim
Alcalar	Calcolítico	Portimão
Castelo de Castro Marim	Idade do Bronze Idade do Ferro Época Romana	Castro Marim
Castelo de Aljezur	Idade do Bronze Idade do Ferro Época Romana Idade Medieval	Aljezur
Monte Molião	Idade do Ferro Época Romana Idade Medieval	Lagos
Vila Velha	Idade do Ferro Época Romana Idade Medieval	Portimão
Cerro da Rocha Branca	Idade do Ferro Época Romana	Silves
Centro Histórico de Tavira	Idade do Ferro Época Romana Idade Medieval	Tavira
Cidade romana de Balsa	Época Romana	Tavira
Centro Histórico de Faro	Idade do Ferro Época Romana Idade Medieval	Faro
Abicada	Época Romana	Portimão
Milreu	Época Romana	Faro
Boca do Rio	Época Romana	Vila do Bispo
Quinta do Marim	Época Romana	Olhão
Montinho das Laranjeiras	Época Romana	Alcoutim
Cacela	Época Romana Idade Medieval	Vila Real Stº António
Barragem Fonte Coberta	Idade Medieval	Lagos
Barragem de S. Rita	Idade Medieval	Vila Real Stº António
Praia da Marinha	Idade Medieval	Lagoa

